



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)
CAMPUS DE PORTO NACIONAL
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MARIA MADALENA FERREIRA MENEZES

**A ATUAÇÃO DA CRUZ VERMELHA JUNTO AOS REFUGIADOS SÍRIOS APÓS A
PRIMAVERA ÁRABE**

PORTO NACIONAL – TO

2021

MARIA MADALENA FERREIRA MENEZES

**A ATUAÇÃO DA CRUZ VERMELHA JUNTO AOS REFUGIADOS SÍRIOS APÓS A
PRIMAVERA ÁRABE**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Relações Internacionais, do Campus de Porto Nacional, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), como parte das exigências para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Professor Dr. Fernando Furquim de Camargo.

PORTO NACIONAL – TO

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

M543a Menezes, Maria Madalena Ferreira.

A atuação da Cruz Vermelha junto aos refugiados sírios após a Primavera Árabe. / Maria Madalena Ferreira Menezes. – Porto Nacional, TO, 2021.

77 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Relações Internacionais, 2021.

Orientador: Fernando Furquim de Camargo

1. Cruz Vermelha. 2. Síria. 3. Primavera Árabe. 4. Refugiados. I. Título

CDD 320

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MARIA MADALENA FERREIRA MENEZES

**A ATUAÇÃO DA CRUZ VERMELHA JUNTO AOS REFUGIADOS SÍRIOS APÓS A
PRIMAVERA ÁRABE**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Relações Internacionais, do Campus de Porto Nacional, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), como parte das exigências para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais. Aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 20 /04 /2021.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Fernando Furquim de Camargo – Universidade Federal do Tocantins (Orientador)

Profa. Dra. Fabiana Scoleso – Universidade Federal do Tocantins (Examinador)

Jan Marcel de Almeida Freitas Lacerda – Universidade Federal do Tocantins (Examinador)

Dedico esta obra a Rosa e Geminiano.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer aos meus pais, que sempre me apoiou no meu crescimento, me incentivando a leitura e a correr atrás dos meus objetivos, mesmo não podendo dar tudo que eu desejava, o apoio foi suficiente.

Gratidão ao meu orientador Fernando Furquim de Camargo, por aceitar me orientar mesmo em um curto período de tempo, e pelos incentivos diante a minha insegurança. Agradeço a todos os professores do curso de Relações Internacionais, cada um contribuiu com o meu conhecimento, e na construção da monografia (direto e indiretamente). Gratidão aos funcionários da Pró Reitoria de Assuntos Estudantis (PROEST) do campus de Porto Nacional (TO), a dedicação de vocês é de extrema relevância para universitários.

Sou grata às professoras feministas da Universidade Federal do Tocantins (UFT), o feminismo realmente mudou a minha perspectiva do mundo e da vida. E gratidão aos poucos amigos que fiz na Universidade, todos as lembranças serão eternizadas.

*“Go get that degree, go girl [...] unlock potential
that you didn't know you had in you.”.*

(Vedo)

RESUMO

As disputas pela democracia na Síria no início da famosa Primavera Árabe têm repercutido para todo o território internacional, principalmente sobre o fluxo de refugiados e deslocados na Síria. Todo o princípio dos Direitos Humanos, Direito Internacional Humanitário e legitimidade da Cruz Vermelha são colocados em pauta. Apesar do cenário ter sido fragmentado pelo o governo opressor da Síria como resposta as rebeliões da população, os fatores que intensificaram ainda mais a catástrofe também está ligada a influência do Estado Islâmico, disputa religiosa e histórico de guerras anteriores. A Cruz Vermelha agiu internacionalmente no cenário da Síria desde o começo do conflito, com ajuda humanitária através do apoio das Sociedades Nacionais. Para a finalidade da monografia, foi analisado como a Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeiras (Frontex) agiu na colaboração dos refugiados nas fronteiras, também enfatizando as dificuldades que os refugiados enfrentam na tentativa de atravessar as barreiras protegidas e apontam inúmeras mortes e fluxos ilegais de refugiados devido as proteções das fronteiras europeias; o que também resulta em uma análise crítica do CICV, pela Frontex ser responsável pelo fluxo seguro de refugiados não atender a essa práticas. Através do método quantitativo, também foi elaborado tabelas indicando ajudas humanitárias do CICV do período de 2011 a 2015 concluindo como a organização pôde prestar suporte em meio ao campo de guerra civil, com alimentação, água, utensílios básicos além da fiscalização nas barreiras europeias.

Palavras-chave: Cruz Vermelha; Primavera Árabe; Refugiados; Síria

ABSTRACT

The disputes for democracy in Syria at the beginning of the famous Arab Spring have had repercussions for the entire international territory, mainly on the flow of refugees and displaced people in Syria. The whole principle of Human Rights, International Humanitarian Law and the legitimacy of the Red Cross are placed on the agenda. Although the scenario was fragmented by the oppressive government of Syria in response to population rebellions, the factors that further intensified the catastrophe are also linked to the influence of the Islamic State, religious dispute and history of previous wars. The Red Cross has acted internationally on the Syrian scene since the beginning of the conflict, with humanitarian aid through the support of National Societies. For the purpose of the monograph, it was analyzed how the European Border and Coast Guard Agency (Frontex) acted in the collaboration of refugees at the borders, also emphasizing the difficulties that refugees face in trying to cross protected barriers and point out countless deaths and flows illegal refugees due to the protection of European borders; which also results in a critical analysis by the ICRC that Frontex is responsible for the safe flow of refugees does not comply with these practices. Using the quantitative method, tables were also drawn up indicating the ICRC's humanitarian aid from 2011 to 2015, concluding how the organization was able to provide support in the midst of the civil war camp, with food, water, basic utensils in addition to monitoring European barriers.

Keywords: Red Cross; Arab Spring; Refugees; Syria

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Refugiados e desabrigados com bebês em Aleppo (Síria).....	26
Figura 2- O mapa da guerra na Síria.....	29

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Assistência Humanitária do CICV na Síria (2011)	60
Tabela 2 – Assistência Humanitária do CICV na Síria (2012)	62
Tabela 3 – Assistência Humanitária do CICV na Síria (2013)	65
Tabela 4 – Assistência Humanitária do CICV na Síria (2014)	67
Tabela 5 – Assistência Humanitária do CICV na Síria (2015)	69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR- Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

CHF- Franco Suíço

CIA- Agência Central de Inteligência

CICR- Conferência Internacional da Cruz Vermelha

CICV- Comitê Internacional da Cruz Vermelha

CYPJ-YPG- Unidade de Defesa das Mulheres

DIDH- Direito Internacional dos Direitos Humanos

DIH- Direito Internacional Humanitário

DIP- Direito Internacional Público

DIR- Direito Internacional dos Refugiados

DUDH- Declaração Universal dos Direitos Humanos

EI- Estado Islâmico

ELS- Exército Livre da Síria

FRONTEX- Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeiras

IDPs- Deslocados Internos e Residentes

ISIS- Estado Islâmico do Iraque e do Levante

ONG- Organização Não Governamental

ONU- Organização das Nações Unidas

OSDH- Observatório Sírio para os Direitos Humanos

OTAN- Organização do Tratado do Atlântico Norte

RAU- República Árabe Unida

RCMs- Red Cross Messages

UE- União Europeia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.	16
2 DO SURGIMENTO DO ESTADO SÍRIO À PRIMAVERA ÁRABE	20
2.1 Da independência tardia ao conflito na República da Síria	20
2.2 Guerra na Síria e consequências (2011-2015)	26
2.3 A Influência do Estado Islâmico na Síria	29
3 DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO	33
3.1 Encargos dos Direitos Humanos e a legitimidade da Cruz Vermelha	33
3.2 O Direito Internacional dos Direitos Humanos – Teoria Universalista versus Teoria Relativista	36
3.3 A Natureza Jurídica da Cruz Vermelha	39
4 O COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA	42
4.1 Origens e atribuições do CICV	42
4.2 Breve introdução da atuação da Cruz Vermelha durante a I e II Guerra Mundial	45
4.3 Características do CICV, do Crescente Vermelho e Sociedades Nacionais do CICV	48
5 DO FLUXO MIGRATÓRIO DE REFUGIADOS À ANÁLISE DOS RELATÓRIOS ANUAIS DO CICV	52
5.1 A FRONTEX e os refugiados	52
5.2. Relatório anual do CICV (2011)	58
5.3 Relatório anual do CICV (2012)	60
5.4 Relatório anual do CICV (2013)	63
5.5 Relatório anual do CICV (2014)	65

5.6 Relatório anual do CICV (2015).....	68
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
REFERÊNCIAS.....	73

1 INTRODUÇÃO

A Síria ganhou destaque internacional por disputas religiosas, governo opressor e revolta da população que resultou em milhares de refugiados e considerado pela entidade humanitárias do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) como uma grave crise humanitária. Com o seu início em 2011, as rebeliões que se expandiram desde a revolta na Tunísia até alcançar uma ampla dinamização em seu maior espaço, que ocorreu na Síria, foi amplamente divulgada como a maior crise humanitária tanto pelo grande número de vítimas bem como um fenômeno que transcende fronteiras.

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) foi fundado por Henri Dunant, de Genebra, que contribuiu com a fundação da primeira Organização Humanitária Internacional, quando testemunhou na cidade de Solferino (Itália) uma batalha entre franceses e austríacos. Dunant então assumiu um compromisso de proteção civil, e relatou no seu livro “Recuerdo de Solferino” os testemunhos da guerra, com ênfase a necessidade de criação de um Órgão Humanitário Internacional, com a criação em 1863 do CICV (SANTOS, 2014, p.10).

Como o tema dos refugiados sírios está amplamente divulgado como a maior crise humanitária do mundo, foi de extrema relevância aprofundar nesta pesquisa a atuação da Cruz Vermelha neste período de grande catástrofe em meio ao campo de guerra. Trabalhar com esse conteúdo também se justifica devido ao meu grande interesse na área dos Direitos Humanos. A partir da oportunidade de ter participado de um trabalho de iniciação científica no curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Tocantins (UFT)¹, houve a possibilidade de aprofundar as pesquisas em referências bibliográficas dessa área e do tema deste trabalho de autores como Osvaldo Coggiola (2016), Zahreddine (2013) e Ramos (2013), além disso, é importante ressaltar que contribui para a minha formação acadêmica, porque é um tema que pretendo aprofundar no futuro, e como essa grande violação que vem ocorrendo no país da Síria, contribuíram com amplas divulgações internacionais e pesquisas acadêmicas sobre o mesmo objeto de análise.

O objetivo geral da pesquisa é compreender o cenário da guerra civil no Oriente Médio através da seguinte pergunta de partida: Quais foram as contribuições do Comitê Internacional

¹ O projeto intitulado “Assistência Humanitária Internacional: Organizações de Ajuda Humanitária” ocorreu entre 2016 e 2019 e teve como participantes o Prof. Dr. Dirceu Marchini Neto, a Profa. Dra. Marcia Sueli Pereira da Silva Schneider.

da Cruz Vermelha (CICV) com os refugiados sírios na pós Primavera Árabe? Para responder essa questão o trabalho parte da análise do período de 2011 a 2015, desde dos fatores que desencadearam a origem da Primavera Árabe até as consequências no território sírio, com a participação do CICV. Com isso, o trabalho também irá contribuir na análise das principais causas dos conflitos na Síria, que atualmente ainda sofrem grandes impactos, principalmente nos países vizinhos, que ao longo do conflito se depararam com inúmeros refugiados, no qual tiveram que se abrigar.

O presente trabalho também levará a uma percepção de análise crítica do cenário do território sírio, ao concluir uma percepção de como a organização humanitária enfrentou e enfrenta desafios, principalmente com apoio limitado do Estado da Síria. Dado a essa pré-visualização em como se resulta a “revolta árabe”, o objetivos específicos é analisar os números de refúgios (interno e externo), com os dados anuais da Cruz Vermelha, com os números de beneficiários e toda o tipo de suporte que receberam de ajuda humanitária destinados aos refugiados da Síria.

Primeiramente, a metodologia se fundamenta no processo histórico da Primavera Árabe, analisando toda a conjuntura no processo passado que influenciou/influencia até as problemáticas da atualidade Ramos, (2013) De início será apontado como um grande fluxo de refugiados e revoltas resultará em um cenário de problemática internacional (Coggiola, 2016). E por último, não menos importante, um estudo de caso em uma análise quantitativa, no qual serão analisados indivíduos sírios como os principais beneficiários de assistência humanitária internacional, juntamente com a participação do CICV.

Será de contribuição para essa pesquisa utilização de documentos nacionais e internacionais, dentre uma abundância de referências disponíveis nesse trabalho, foi utilizado livros de autores como Coggiola (2016), artigos científicos, de Ramos (2013) apud Rogeiro, e Zahreddine (2013). Relatórios do Shifting Borders e Annual Report (2011-2015) retirados diretamente do site oficial da Cruz Vermelha, foi utilizado como nota de referência, a Convenção de Genebra através do site da biblioteca virtual da Universidade de São Paulo (USP). Manual do Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH) disponível no site da Organização das Nações Unidas (ONU), e do Direito Internacional dos Refugiados (DIR) no endereço eletrônico do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

O autor Ramos (2013) explica brevemente a origem do conflito desde a década de 90 até os dias atuais, fatores históricos que relata como os conflitos internos do Oriente Médio estão enraizados desde a tentativa de independência da Síria, com breves observações do cenário de 2016 a 2017 e os principais pontos que foram relevantes para influenciar as disputas pelo o poder político no estado sírio, à guerra e a sua influência na região.

Para compreender melhor sobre o conflito da Primavera Árabe também abordaremos a obra do autor Osvaldo Coggiola (2016) e Ramos (2013) apud Rogeiro, que irá contextualizar sobre as causas diretas e indiretas do início do conflito da Primavera Árabe e as problemáticas dos refugiados. Será desenvolvido elaboração metodológica de tabelas para apresentar com clareza os serviços prestados na Síria e os principais beneficiados, através de análise dos relatórios anuais da Cruz Vermelha.

No capítulo 2 será citado a complexidade do contexto histórico da guerra da Síria, seguindo um panorama histórico desde o seu renascimento até a atualidade, ano de 2011 a 2015, é neste cenário que desencadeará a ideia central do trabalho, que será investigado e discutido os principais pontos do conflito das relações diretas e indiretas que desencadeou a guerra e o fluxo migratório de refugiados sírios; então, terei a conclusão de quais foram os principais desfechos que levaram os indivíduos do território sírio a se tornarem oficialmente refugiados.

No capítulo 3 do trabalho será contextualizado sobre o Direito internacional Humanitário, e a criação da primeira Organização Humanitária Internacional, juntamente com a sua parte histórica e o surgimento dos primeiros tratados internacionais, através da integração entre Estados, na Convenção de Viena; também será descrito o seu caráter jurídico que assegura a proteção dos direitos humanos, e os seus acordos que foram criados para fortalecer a proteção do Direito Humanitário destinados aos indivíduos, juntamente com autores que defendem o mesmo princípio da Universalidade dos Direitos Humanos. Os autores Alves (1996) e Piovesan (2016) aborda sobre a teoria Universalista versus teoria Relativista, nesta teoria vai defender justamente a questão do Universalismo dos Direitos Humanos e como a personalidade do Direito Internacional Humanitário contribui na seguridade da proteção humana, enquanto os relativistas abordarão brevemente as questões dos direitos humanos nas questões culturais; e para finalizar esse capítulo o trabalho também seguirá explicando a natureza jurídica da Cruz Vermelha.

No capítulo 4 será contextualizado sobre O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), juntamente com o seu histórico e surgimento, e brevemente a sua participação na Primeira e Segunda Guerra Mundial. Para compreender melhor essa entidade internacional de caráter não governamental, será explicado por meios da Convenção de Genebra, no qual, ratificou todos os direitos fundamentais, desde o Direito Internacional Humanitário até o Direito Internacional dos Refugiados; também será constado as características do Crescente Vermelho, que são as (Sociedades Nacionais) locais.

No capítulo 5 abordaremos como Coggiola (2016) apresenta à Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeiras (Frontex) como a responsável na trajetória dos refugiados com destino para a Europa até mesmo para os países vizinhos. Durante essa travessia cita as dificuldades enfrentadas pelos refugiados em alto mar, em meio à miséria e aos perigos constantes em cada fronteira, principalmente daqueles que se arriscam entrar na Europa ilegalmente. O autor irá apontar um número redundante de mortes durante esse período de refúgio, e o número de escala de refugiados espalhados pelo Oriente Médio e Europa; também as contribuições que os Médicos Sem Fronteiras (MSF) têm atuado ao longo deste mesmo período, de 2011, com os refugiados sírios. Mesmo com todas as contribuições de proteção nas fronteiras da União Europeia, o CICV aponta como a Frontex possui lacunas no que diz respeito aos direitos humanos e o direito do DIH, dando prioridade aos acordos bilaterais e multilaterais, protegendo cada vez mais suas fronteiras.

2 DO SURGIMENTO DO ESTADO SÍRIO À PRIMAVERA ÁRABE

2.1 Da independência tardia ao conflito na República da Síria

A Revolta Árabe de 1916 foi fundamental para banir o Império Turco Otomano do Oriente Médio. A Pós Primeira Guerra Mundial foi fundamental para garantir a permanência das minorias religiosas. A terminologia da “Grande Síria” que a autora cita está conectado ao mandato francês da Síria e do Líbano em 1920, após a Primeira Guerra Mundial, esse projeto estabeleceria fronteira que começava desde os Montes Zagros (fronteira entre Iraque e Irã) até o Mediterrâneo Oriental, com destino final a exploração do Crescente Fértil (ZAHREDDINE, 2013, p.7).

Segundo Zahreddine (2013, p.7-8) a "Revolta Árabe" de 1916 foi protagonizada por Husseyn (Xerife de Meca), seus interesses ambiciosos era planejar uma expansão para criar um grande Estado Árabe, tendo início de Iraque ao Líbano, península Árabe a fronteira norte da Turquia. Uma das estratégias para alcançar o objetivo do grande Estado Árabe começou desde a Primeira Guerra Mundial, com apoio aos ingleses, e a expulsão das forças turcas. Porém devido ao acordo secreto do Sykes –Picot², o Reino Unido e França, e a região do norte da Turquia teve intervenções dos britânicos e franceses; esse projeto estabeleceria a fronteira que começava desde os Montes Zagros (fronteira entre Iraque e Irã) até o Mediterrâneo Oriental, com destino final à exploração do Crescente Fértil. Com o fim do conflito da Primeira Guerra Mundial e da Revolta Árabe, finalmente o plano de criar um “Estado Árabe” não foi sucedido.

Zahreddine (2013, p.11) aponta que a Síria conseguiu sua independência oficialmente em 17 de abril 1946, o país sofreu diversos retrocessos e tentativa de controle e dominação na região até o ano de 1971; e o território da Síria dominado por dez presidentes entre 1946-1948; entre 1958 a 1961, a República Árabe Unida (RAU) foi dominada pelo então presidente Nassar, durante uma aliança entre Egito e Síria.

A Síria desde a colonização europeia e da formação do Estado sírio, era uma região onde a religião exercia muita influência na política. A elite notável baseava seus status nas posições religiosas, que seus membros possuíam no Estado turco. Com o passar

²BBC. Sykes Picot: O acordo secreto que está na raiz do conflito no Oriente Médio. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-36320891>>. Acesso em: 03 set. de 2019.

das décadas e o surgimento de novas ideologias, o secularismo, o nacionalismo e a modernização foram ganhando espaço na sociedade Síria. Nesse contexto, na década de 1940, como confirmado anteriormente, surge o Baathismo na sociedade Síria. Sua atuação na política passa a ocorrer desde de 1954, porém somente em 1953 é que chega ao poder por meio do golpe militar (OLIVEIRA, 2017, p.92).

Ainda seguindo o pensamento de Zahreddine (2013, p.11), depois do fim do RAU em 1961, o partido Baath sírio começou a exercer pontos significativos, que iriam atingir a região diretamente e indiretamente. A religião sempre foi uma questão de pauta, devido os líderes possuírem crenças religiosas, embora alguns autores discordem que a religião não foi considerada um marco tão relevante de influência de disputa no país da Síria, e autores como Oliveira (2017) enfatiza a questão da religião na atuação das políticas. Pode-se considerar que, depois da chegada do Baathismo o cenário mudou drasticamente.

Logo mais, para contextualizar a citação de como ocorreram as consequências na política doméstica depois do governo Baath na chegada do poder, em 1953, foram ampliadas mais infraestruturas, como as indústrias, também na área da saúde e educação; mas ocorreram inúmeros golpes militares e poderes repressivos, enfatizando principalmente o de Saddam Hussein, que foi um dos atores que contribuiu diretamente para um cenário de campo de guerra na região. Oliveira (2017, p.91) ainda enfatiza que as novas gerações na Síria também contribuíram para o enfraquecimento do governo Baath, devido ao histórico de tantas tragédias em nome do líder por constante busca de poder.

Os motivos por trás da guerra civil estão enraizados de forma muito profunda em sua história, desde a antiguidade. Na formação do Estado sírio independente em 1946, a disputa étnica e religiosa esteve sempre em evidência, como consequência da política colonial francesa de enfraquecer a unidade árabe, instaurando pequenas divisões no país, governadas por um grupo que representava a minoria da população, os alauítas, em detrimento da maioria sunita (80% da população), (Aguilar, Furtado, Roder, 2014, p.1).

Quando os seguintes autores Aguilar, Furtado e Roder (2014) abordam sobre a questão da origem da guerra na Síria, ou até mesmo sobre a trajetória da sua independência, pesquisadores iniciantes sempre levantam questionamentos por onde começar essa discussão; de qual forma podemos elaborar um mapa mental? essa fala desde o início da citação ao longo da pesquisa percebe-se que o histórico da Síria possui diversas complexidades para ser explicada, sua história está literalmente enraizada, como os autores acima citou, mesmo que os

Alauítas fosse considerado um grupo de minoria , atuaram de forma negativa na divisão árabe, e desde da independência da Síria as disputas religiosas foram pautas de disputas.

A Síria está situada na porção do Mediterrâneo Oriental, seu território além de possuir terras férteis, está localizado em um ponto estratégico para as potências ocidentais e os domínios na Ásia. O Império Romano teve acesso do Oásis de Palmira (tadmur) para estabelecer conexão com o Crescente Fértil e a Ásia Central (ZAHREDDINE, 2013, p.7).

O território da República Árabe da Síria faz fronteira com os países da Turquia, Iraque, Jordânia, Israel e Líbano. Estima-se que a Síria é composta por mais de 22 milhões de habitantes, sendo que 90% da população são consideradas muçulmanas. Peres (2016) analisa que, desde o ano de 2000 a Síria é liderada pelo mesmo partido o Baath, há aproximadamente 50 anos, por Bashar Al – Assad, cujo governo até a atualidade é caracterizado pelo regime do autoritarismo, com isso, gerando grandes problemas na economia, altos índices de desemprego, no que resultou em revoltas e protestos da população com um total de 130.000 mortes até em 2013 totalizando 78.000 mortes (PERES, 2015, p.10).

Com essa breve contextualização acima sobre o processo do início da Primavera Árabe, os fatores de revoltas populares desencadeou primeiramente na região da Tunísia, chamada “Revolução Jasmim”, que, em 17 de dezembro de 2010, um jovem ateou fogo em seu próprio corpo como uma forma de protesto e revolta contra o sistema opressor do seu próprio governo, esse ato fez com que a população criasse uma grande revolta, e também resultou na fuga do opressor Zine El Abidine Ben Ali, em 17 de janeiro de 2011, após 23 anos de ditadura sobre a população (RAMOS, 2013, p.31).

Magnoli (2013, p.368) conclui que essas revoltas populares se desenvolveram também no Egito, com movimentos pacíficos no início de 2011. A autora enfatiza que depois do líder Nasser, o Egito também foi comandado apenas por dois governos. O sucessor do suposto presidente do Egito, Anuar Sadat, rompeu vínculos com a União Soviética, deixando o país sob a persuasão dos Estados Unidos. Com o assassinato do presidente Sadat seu vice-presidente Hosni Mubarak assumiu o poder juntamente com o controle militar, essa autocracia durou três décadas; esse resumo histórico explica que apesar da região ter vivido anos de opressão por sucessão dessa geração, as revoltas populares em fevereiro de 2011 contribuíram para o afastamento do presidente do poder, no Egito.

O fator que desencadeou o começo do conflito na Síria iniciou em 15 de março de 2011, quando a população iniciou protestos contra o governo de Bashar Al – Assad, se baseando em uma nova revolução de uma democracia na Síria. O Exército Sírio Oficial respondeu com o uso da força, assim, provocando a guerra. A Organização das Nações Unidas (ONU) e a Cruz Vermelha no ano de 2012 analisaram tais conflitos como uma guerra civil, classificado como crimes de guerra, para assim, aplicar o Direito Internacional Humanitário (PERES, 2015, p.10).

Com isso, essa problemática não se espalhou somente na Síria, que é o principal Estado de objeto de estudo, mas também na Argélia, Jordânia, Mauritânia, Omã, Líbano, Arábia Saudita, Líbano, Egito, Líbia, Palestina, Marrocos, Iraque, Bahrein, Sudão, Kuwait, Somália e Irã, que ainda de acordo com a autora, eclodiu com diversas reivindicações, principalmente sobre temas como a pobreza, falta de liberdade e desemprego. Ainda seguindo os pensamentos de esse período de busca pela formação de uma democracia foi categorizado como um cenário de instabilidade; o sistema opressor foi moldado para reagir com resistência contra qualquer organização que promulga ideias distintas do que foram estabelecidos pelos os próprios governantes (RAMOS, 2013, p.31).

Magnoli (2013) conclui que, com a Primavera Árabe, ficou conhecida por essa “onda” de manifestações que eclodiu pelo Oriente Médio até pelo Norte da África, a Síria foi a região onde ocorreu maior resistência por parte do líder, que foi liderada por Bashar Al – Assad, filho de Hafez Assad, no qual, foi implantada uma verdadeira guerra civil, considerada até mesmo por instituições humanitárias, como a Cruz Vermelha. Nos países como o Marrocos e Jordânia, os governadores passaram a integrar novas reformas políticas (MAGNOLI, 2013, p.368).

É importante mencionar as principais causas que desencadeou a guerra, de acordo com Ramos (2013, p.32), a autora irá expor essas revoltas em três categorias, as causas diretas, indiretas e os aceleradores das revoltas, ligado ao motivo que levou a aceleração do conflito. As abordagens defendidas, estabelecem um panorama mais amplo no que diz respeito às principais causas, que são citadas legitimamente; primeiramente irá explicar sobre todos os fatores que resultaram nessa revolução de revoltas por parte da população árabe.

As práticas de abusos pelo o governo tem sido um dos pontos de destaque, como por exemplo, corrupção, nepotismo, falsificação de contratos, entre outros, com isso, os autores frisam que as denúncias partiram de líderes laicos e religiosos que acreditavam que esses atos não condiziam com seus princípios (RAMOS, 2013, p.32).

Ramos (2013) ainda destacam como a internacionalização do comércio árabe retrocedeu negativamente na política doméstica, essa situação teve impacto diretamente na alta inflação, desvalorização dos comércios de pequeno porte, gerando desempregos; e ainda destaca que a desigualdade social já estava gerando grandes transtornos na vida da população, a pobreza sem dúvida é uma das grandes problemáticas; e um dos pontos interessantes é como os autores explicam que os jovens foram excluídos na política durante esse período, dentro de uma mesma faixa de censura e desemprego (RAMOS, 2013, p.32)

Os “partidos únicos” são basicamente os resultados das limitações da participação dos povos na política, e a existência de centros de torturas; mas, lembrando que essas práticas fazem parte de um governo opressor, agindo totalmente fora da lei. Embora a religião seja citada no início como grupos contra as práticas do governo opressor, os mesmos autores afirmam que as revoltas não partiram do princípio da religião (RAMOS, 2013, p.32).

É possível analisar que essas terminologias estão divulgadas dentro do aspecto negativo no contexto da religião por parte dos líderes opressores, que antecede também por fatores históricos. Nas causas diretas, a falta de políticas públicas a favor dessas regiões são visíveis, como Ramos (2013) cita a desigualdade é um dos principais aspectos que desencadeia a uma elevada taxa de revoltas, os governos opressores atingiram/atinge diretamente a região quando implanta um regime que impede a liberdade de expressão, assim, levando a ser submissos a torturas contra os pensantes que conspiraram/conspiram contra as regras implantadas (RAMOS, 2013, p.32).

Para explicar as “causas indiretas” Ramos (2013) explica que envolvem promessas vazias dos governos, de melhorar a sua atuação no poder; e a maioria dos manifestantes fazem parte da linhagem dos mortos em outras revoltas, os exemplos dessas revoltas citados pelo os autores são, refugiados sírios no Líbano e das linhagens das vítimas de Hama de 1982, quando Hafez Assad estava no poder. Como a história do Oriente Médio são consideradas enraizadas, surge as problemáticas dos grupos de ódios, como o pan-arabismo, socialismo árabe, salafismo e resistência anti-imperialista, que, de acordo com Ramos (2013) esses grupos divulgam discurso de ódio a quem não apoia o Islã. Os problemas das fronteiras, colonização e descolonização é um dos marcos importantes a ser destacado, porque de acordo com Ramos (2013) são fatores que justificam as intervenções em algumas partes do território do Oriente Médio (RAMOS, 2013, p.32).

É importante a ênfase na questão da religião, é possível destacar como a religião está inserida desde de décadas passadas no Oriente Médio, mesmo que não tenha influenciado todos os conflitos nesse território. Depois de diversas possíveis causas que deu origem a revolta na Síria conhecida como a Primavera Árabe, o autor frisa que a religião não foi o intermédio que causou as revoltas e conseqüentemente as guerras, mas que foi devido ao contexto histórico, como, imigrações dos sírios nos países vizinhos e tragédias que envolveram parentes dos mesmos, que também são hipóteses que pode ter influenciado para esse cenário, e cita que esses objetos indiretos influência desde o começo de conflitos passados, mudanças de regimes políticos, questões fronteiriços e também as questões culturais (RAMOS, 2013, p.32).

Sobre os “aceleradores da revolta”, Ramos (2013) demonstra que houve pontos positivos e negativos, o lado positivo foi o uso da internet, porque foi possível divulgar os acontecimentos da revolta e os protestos para todo o território internacional, e mesmo com os bloqueios parciais da internet, as revoltas tomou uma proporção amplamente divulgadas. Com esses fatores recorrentes, o ponto negativo foi o governo opressor da Síria fechar as fronteiras (o que dificultou o trabalho das instituições humanitárias, mesmo com a personalidade de neutralidade), o governo mostrando essa ascensão de poder, provocou uma revolta maior na população Síria, começou a ser formado grupos de jovens composto por irmandades muçulmanas, na tentativa de amenizar a fúria da população, o que obviamente não surtiu efeito. Dessa forma, a Síria continuou sendo o principal alvo das represálias; às revoltas dos jovens e das mulheres em busca dos seus direitos também foi um dos fatores para os “aceleradores da revolta” (RAMOS, 2013, p.33).

Seguindo o raciocínio de Ramos (2013), sem dúvida a mídia contribuiu para divulgação das revoltas na Síria, que logo teve pontos positivos e negativos, por outro lado, ocorreu impactos nas fronteiras, tornando o território da Síria isolado a mercê dos regimes opressores, e maior instabilidade territorial e a guerra civil. Em outra visão os conflitos obtiveram apoio internacional nas questões das mídias, apesar de terem encontrado barreiras para encontrar apoio de alguns Estados, como a Rússia e a China (membros permanentes do Conselho da ONU) (RAMOS,2013, p.33).

2.2 Guerra na Síria e consequências (2011-2015)

FIGURA 1: Refugiados e desabrigados com bebês em Aleppo (Síria)



Fonte: Carta Capital, 2021.

A imagem acima mostra uma das realidades no território da Síria, que vem ocorrendo desde do início do conflito, em 2011, a data da imagem é recente, mas foi tirada em 2016, o retrato mostra a cidade de Aleppo, uma das regiões mais atingidas pelos os bombardeios dos rebeldes, não poupando nem as crianças, que são classificadas como uma das mais vulneráveis (CARTA CAPITAL, 2021).

O site do Carta Capital relata que de acordo com a Organização Não Governamental (ONG) morreram cerca de 117,388 civis, dentro dessa estatística 22 mil foram crianças desde do início de 2011, e que o governo sírio e os milicianos são os responsáveis por esse cenário catastrófico; apesar dessa onda de manifestação a favor da implantação da democracia, o site destaca que o governo opressor da Síria ainda comanda 60% do território (CARTA CAPITAL, 2021).

De acordo com Cruz (2017, p.41) as controvérsias no país são incontáveis, devido às diversas influências do governo sírio, que impossibilitaram coletas de dados, enfatiza que os dados disponíveis são cedidos por instituições estrangeiras. Ainda seguindo os pensamentos de Cruz (2017), com base USDS (2010), antes da guerra civil na Síria a população era similar a aproximadamente 22 milhões. Cinco anos após a guerra, uma gama de crise de refugiados foi estabelecida em um grande número, estima-se em 4,8 milhões de refugiados se deslocando para os Estados vizinhos, e 6,6 milhões de pessoas desabrigadas dentro do próprio território da Síria.

Com esse refúgio em massa, Cruz (2017, p.41) cita que a Anistia Internacional (2016) especificou o deslocamento dos refugiados sírios como o maior do século XXI.

O CICV é contra o refúgio forçado, mas Andrade (2011) expõe como isso tem sido frequente, em nome da sobrevivência, na verdade por falta de opção, e novamente o Estatuto do Refugiado entra em debate, juntamente com o ACNUR, sendo julgado como “insuficiente” para converter esse cenário (ANDRADE, 2011. p 128).

A Convenção do Estatuto do Refugiado (1951) define o Refugiado sendo aquele que está fugindo por questões de raça, religião, opinião política, nacionalidade ou grupo social, e que não esteja residindo no seu país de origem, e que não queira retornar por tais motivos citados. A convenção vai assegurar proteção a esses indivíduos caso estejam perseguidos por tais atos; essas cláusulas estão empregadas no artigo 1º da Convenção (ACNUR, 2021, p.2).

Cruz (2017) expõe que o Observatório Sírio para os Direitos Humanos (OSDH) aponta que, desde o princípio do conflito sírio, foi estimado que, morreram mais de 370.000 pessoas, incluindo 122.997 civis, 13.597 crianças e 8.760 mulheres; diante deste cenário, o ano de 2014 e 2015 os números de tragédias aumentaram, foram calculados que 2 milhões de pessoas foram feridas e prejudicadas permanentemente, e mais de 11 milhões de pessoas ficaram desabrigadas. Aparentemente, para conter os protestos da população síria, aponta que a ONU (2014) relatou o uso de gás químico nos protestantes, no qual o governo alega, contestando contra a população (CRUZ, 2017, p.41).

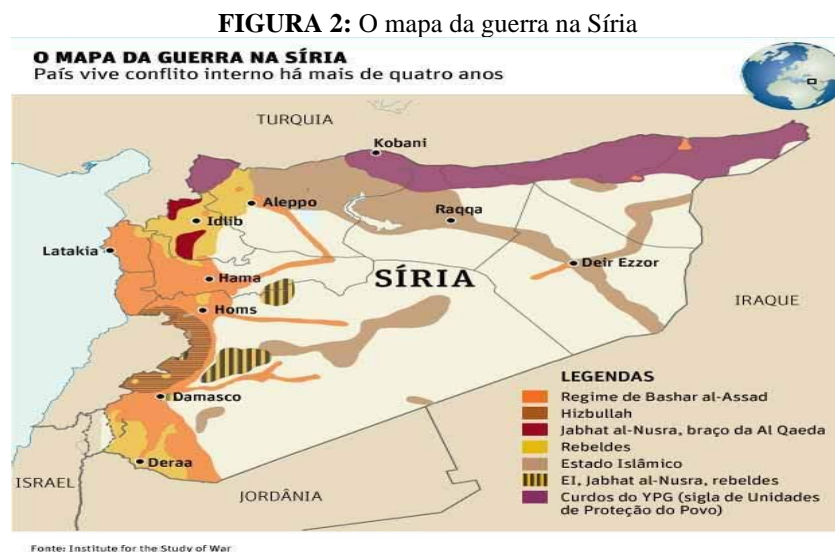
A supracitada autora analisa os dados do *Syrian Center for Policy Research* (Centro Sírio para Pesquisa Política), no qual, indica que 11% da população foram mortas desde o princípio da guerra, e leciona que os elementos que contribuíram para a guerra na Síria são analisados através da instabilidade política, também pré-julgadas nas causas diretas dos conflitos sírios citados acima. Essas tragédias apontadas foram respostas do governo sírio, dando origem a famosa Primavera Árabe, neste contexto a autora ainda interpreta que esses protestos ocorreram ainda dentro do território com conflitos armados não internacionais, dentre elas grupos governamentais e grupos políticos rivais (CRUZ, 2017, p.42).

Para Andrade (2011) que associa a palavra refugiados com “Refugeísmo”, leciona que esse debate vai contextualizar o cenário de grandes violações humanas que ocorreu durante toda essa trajetória dos refugiados sírios e deslocados internos, o autor defende a ideia em um contexto de visão geral que acontece no mundo, violações dos direitos humanos, abusos

sexuais, e a guerra, onde ocorreu perdedores e vencedores, e nenhum respeito religioso, um aspecto que reflete no território do Oriente Médio. Tal conceito pouco conhecido, segundo a autora é usado para levantar questionamentos do porquê ainda no século XXI existem muitos refugiados, e tantas violações da dignidade humana, e a Síria é uma das questões de debate, no qual os regimes sírios entra como objeto de análise; o autor ainda debate uma crítica que mesmo através do Estatuto do Refugiado de 1951 e a Carta Internacional dos Direitos Humanos o mundo ainda decorre de muitas violações; então entende-se que mesmo contendo os direitos estabelecidos dentro da lei a Síria continua sendo um dos países que não obtém os direitos estabelecidos na prática dentro do mundo (ANDRADE, 2011, 128).

Os refugiados necessitam de suprimentos básicos, como água, comida, abrigo adequado e segurança; foi uma verdadeira tragédia, que refletiu não somente na Síria, mais como uma problemática internacional, os países vizinhos também tiveram que receber uma abundância de refugiados, e não só a Síria começou essas revoltas contra os governos opressores do Oriente Médio. Andrade (2011) cita essa crítica de violação dos direitos humanos diretamente para os Estados, no qual, é o membro responsável por essa garantia, situando a segurança física, psicológica, segurança e a saúde; a ainda incentiva o poder estatal internacional a tomar medidas para reparar essa guerra civil e punir os responsáveis (ANDRADE, 2011, p.128).

2.3 A Influência do Estado Islâmico na Síria



Fonte: Cavok. Síria, o mapa da guerra. 2019.

A Síria foi considerada “estado de emergência” em meados de 1962 a 2011, tornando o governo totalmente soberano sobre a nação, um verdadeiro governo ditatorial. O presidente Bashar Al – Assad esteve sobre o controle do poder desde 17 de julho de 2000, fazendo parte de uma única união política no parlamento, a Frente Nacional Progressista, formado pelo partido Baath Sírio, composta por 134 assentos (COGGIOLA, 2016, p.620).

Em maio de 2010, Abu al-Baghdali foi escolhido como o novo líder do Estado Islâmico (EI) e do Iraque. O novo líder também organizou as nomeações de grupos, composto por antigos oficiais militares, que também fizeram parte do governo de Saddam Hussein; mas foi a partir de agosto de 2011 que o novo líder, al-Baghdadi se organizou para enviar soldados experientes para a Síria, um dos líderes que estava comandando a invasão na Síria era um sírio chamado Abu Muhammad al-Julani, com o intuito de espalhar seu exército para dominar cada região (COGGIOLA, 2016 p. 614).

O início de 2011 foi marcado pela tentativa de amenizar as situações catastróficas na região Síria, com intervenções estrangeiras e tentativa de implementar uma nova democracia, prevista para as novas eleições de 2014, mas aparentemente a situação não estava sob controle, já que Assad continuou com os ataques, em destaque à cidade de Homs, que dificultou até mesmo o trabalho do Crescente Vermelho Sírio, em 2012. Em 1 de junho, finalmente Bashar Al-Assad anunciou que a Síria estava em “estado de guerra”, afetando cidades maiores como Damasco e Aleppo (COGGIOLA, 2016, p.623).

Com todos esses acontecimentos de revolta e conflitos na Síria, em maio de 2011, o presidente Barack Obama congelou os bens ativos de Bashar-Al-Assad nos EUA juntamente com mais seis integrantes do governo sírio, e proibiu os norte-americanos que fazerem quaisquer tipos de negócios com o governo sírio (COGGIOLA, 2016, p.622).

No ano de 2013 o Estado Islâmico começou com as novas disputas territoriais na região, o autor afirma, que durante esse período o grupo não eram chamado de “Estado Islâmico do Iraque”, mas como o “Estado Islâmico do Iraque e do Levante” (ISIS). Também frisa que o grupo eram organizados com o uso de forças armadas na Síria, juntamente em nome do Al Qaeda, considerado pelo grupo como herdeiros do Al Qaeda e do “fundamentalismo islâmico” que ganhou uma repercussão internacional oficializada em maio de 2014 (COGGIOLA, 2016, p.626).

Durante esse período os Estados Unidos usaram de seus recursos militares com intervenções na Síria, apoiando com grupos específicos na Síria contra o Estado Islâmico, em destaque a região do Iraque; com essa tentativa do governo estadunidense em estabelecer esse apoio direto contra o Estado Islâmico, em 29 de junho de 2014 foi divulgado a criação de um Califado Islâmico na Síria e no Iraque, e em 12 de setembro o Estado Islâmico juntamente com grupos islâmicos sírios, com a Arábia Saudita, Irã e o regime Turco fizeram uma conspiração contra o representante Bashar al-Assad, para contribuir com financiamentos para o Estado Islâmico corromper a política de Al-Assad, no contexto regional e internacional, Estados Unidos também estava incluído nos planos do Estado Islâmico, (uma vez que aponta que 25% dos guerrilheiros são ocidentais) (COGGIOLA, 2016, p.626-627).

Os Estados Unidos tendo como aliado os parceiros regionais do Golfo, em junho de 2015, apoiaram grupos de oposição síria dentro do território, com o objetivo de se prepararem para supostos ataques do Estado Islâmico no território sírio, então o presidente Bashar Al-Assad obteve diversos apoios nesse aspecto, dos xiitas, do Irã e o Hezbollah libanês, líder iraniano Ali Khamenei, porém, Coggiola (2016) descreve que o líder da milícia Hezbollah, Hassan Nasrallah anuncia que, essa organização foi uma tentativa de manter Assad no poder, e afirma que mais de 5 mil guerrilheiros já estavam no campo de guerra na Síria (COGGIOLA, 2016, p.636).

O autor explica que o ano de 2015 foi marcado pela tentativa de afastar o Estado Islâmico da região, formado pela oposição da Unidade de Defesa das Mulheres (YPJ-YPG) sendo 30% do exército composto por mulheres, receberam suporte de alguns países árabes. O Exército Livre da Síria (ELS), foi responsável por conduzir ataques ao sul da região, foi liderada pelo coronel Riad Al-Assad, em 29 de julho de 2011, compostas por “soldados desertores do exército nacional”, e estavam conectadas as potências regionais e à Europa; os EUA também teve uma participação de apoio, mas frisando que não financiou os armamentos. O grupo perdeu apoio popular quando passou a cometer atos ilícitos, como roubos e sequestros dentro da região. “Desde de março de 2011, duas mil pessoas foram mortas, cerca de três mil desapareceram, e mais de dez mil foram presas; doze mil refugiados fugiram para a Turquia e muito mais para o Líbano” (COGGIOLA, 2016, p.635-621).

De acordo com Osvaldo Coggiola (2016), o Estado Islâmico sucedeu um poder político-militar sunita com cerca de 60 mil soldados do Oriente Médio e no Magreb; o Estado Islâmico

foi tão influente neste período, que o seu exército chegou a dominar uma grande parte do Oriente Médio, 25% do território da Síria, e cerca de 40% do território iraquiano, estimando-se em 215 mil quilômetros quadrados. Ainda criaram o califado em amplas regiões da Síria e Iraque, e também tinham projetos de ampliar para a Arábia Saudita e Jordânia; e aponta que o grupo terrorista possui atos de ódio e violência contra os mulçumanos, xiitas, assírios, cristãos armênios, yazidis, drusos, shabaks, e mandeanos (COGGIOLA, 2016, p.609).

Mesmo com certos acordos, o Estado Islâmico resolveu ser um grupo independente, atacando oposição ou até mesmo apoiadores de Assad. Com a proclamação do califado, os Estados Unidos e as nações da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na Europa, alguns países árabes, Rússia e o Irã anunciaram uma intervenção militar, o resultado foi catastrófico, com mais de 250 mil pessoas mortas, incluindo a maioria civis, e 130 mil pessoas presas, isso também resultou em quatro milhões de sírios refugiados, distribuídos em países vizinhos e para a Europa (COGGIOLA, 2016, p.627).

Com isso, o autor reforça que a região sofreu diversos retrocessos, com 25% da população desempregada, danificando a vida da população, pobres cada vez mais esquecidos em pauta de políticas públicas por parte dos seus governos e falta de investimento em bens básicos e agricultura, o que era crucial para gerar mais empregos se investisse mais na política doméstica (COGGIOLA, 2016, p.620).

Portanto, Cruz (2017 p.42) finaliza que com a impetuosidade dos conflitos que começaram atingir até os civis, a Agência Central de Inteligência (CIA) categorizou como Estado de emergência, uma verdadeira crise humanitária. Com isso, diversas instituições humanitárias estão atuando incansavelmente com ajuda de suplementos básicos.

O cenário analisado por Peres (2015) cita que, três anos após o início do conflito são de destruição e bombardeios, baseado de acordo com a ONU, a autora leciona que a guerra resultou em 2 milhões de vítimas, e enfatiza que a população cristã que compõe 10% da população, sofrem devido aos grupos radicais islâmicos os classificarem como representantes dos assuntos ocidentais ou doutrinas dos americanos, com isso resultou na perda de empregos e até mesmo de suas vidas. Dado a isso, milhões de pessoas se deslocaram em busca de abrigo (PERES, 2015, p.11).

Embora o cenário da Síria seja complexo, no qual esteve envolvido diversas narrativas históricas e disputas territoriais, foi possível analisar como a Síria esteve sob a submissão de

um governo ditatorial, nas façanhas de um mesmo partido por longos anos, e como isso se refletiu a um cenário catastrófico e resultou em mortes e refúgios no decorrer da Primavera Árabe. Como se não bastasse o cenário da Síria ser fragilizado pelo o governo de Assad o Estado Islâmico foi um dos fatores que possibilitou um panorama mais trágico e bárbaro na tentativa de tirar Assad do poder e dominar a região da Síria.

3 DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

3.1 Encargos dos Direitos Humanos

O Direito Internacional Humanitário está correlacionado com fundador do CICV, Henry Dunant (1864), no qual, deu origem a primeira Organização de Assistência Humanitária Internacional, e conseqüentemente a ramificação de tratados, que assegurou/asseguram os direitos humanos e a sua dignidade. Até meados do século XIX, não existia uma assistência humanitária que poderia atuar em campos de guerras, devido a isso, é importante recordar a contribuição de Dunant na criação de uma organização internacional neutra, que atuasse somente em situações de conflitos. Campos (2008) explica que, diferentemente das outras divisões do direito internacional, o DIH busca se comprometer com ocorrências de conflitos, e trabalhando parcialmente dentro do Direito Interno dos Estados (CAMPOS, 2018, p.21).

Também possuem funções de estabelecer leis para organizar as relações entre os Estados em situações de conflitos, essas normas também estão direcionadas principalmente para os sujeitos que são envolvidos nos conflitos, e por último a função de estabelecer normas e proteção a quaisquer indivíduos (CAMPOS, 2008, p.21-22).

Sobre a questão de proteção humana, Portela (2018) sintetiza a definição do Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH), que foi uma das conquistas no período pós-Guerra Mundial, sendo um dos principais objetivos quando conquistou a Primeira Organização Humanitária Internacional. O autor ainda aborda a sua estrutura, a sua ramificação no cenário global e credibilidade no contexto geral;

O direito internacional dos direitos humanos pode ser considerado uma ramificação do Direito Internacional que busca regulamentar e aperfeiçoar a proteção da dignidade humana através de tratados e mecanismos internacionais. A existência dos direitos humanos confunde-se com o início da própria sociedade. Não obstante, a crescente busca pela efetivação de defesa destes direitos intimamente ligados à dignidade da pessoa humana é uma questão que ocupa o centro dos debates contemporâneos em Direito Internacional. Tão grande é a importância da defesa da dignidade humana que existem vários sistemas de proteção dos direitos humanos. O sistema global de proteção se utiliza da estrutura da Organização das Nações Unidas e abarca todos os seus países membros. Os esquemas regionais são abertos à participação de determinados Estados, dentro de uma limitação geográfica. Os sistemas são complementares e buscam maior efetividade na proteção dos direitos humanos. Inclui-se ainda na questão da concretização desses direitos o Tribunal Penal Internacional, cujo objetivo maior é impedir e reprimir as graves violações de bens que afetem os valores da comunidade mundial (PORTELA, 2018, p.189).

O debate sobre a proteção humana dentro era compreendido como um direito individual, então, pensar sobre os direitos humanos refletia na antiguidade do Antigo Regime sem possuir bases sólidas. Então, esse termo foi oficializado depois dos acontecimentos da guerra, visando a proteção civil no âmbito internacional estabelecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (CAMPOS, 2008, p.8).

De acordo com Deyra (2001, p.26) o DIH é considerado uma organização *Sui Generis*, sendo proprietário do direito independente e aborda que a guerra consiste na maioria dos acontecimentos, então, conseqüentemente ocorrerá a violações dos direitos, e nesse contexto que ocorrerá a aplicação do direito humanitário; O DIH ainda é considerado um ator racional, que possui a capacidade de persuasão.

Dado as informações expostas, o autor interpreta as principais características da guerra, uma vez que elas são consideradas um dos principais fatores que acarretam a obrigação da aplicabilidade do direito humanitário; a guerra é estimada como uma batalha constante, no qual, envolvem disputas entre Estados, as bases econômicas, diplomáticas e militares que poderia ser um objeto para o fim da disputa, mas Deyra (2001) enfatiza que geralmente esses mecanismos não funcionam. Na esfera humanitária, o autor explica as quatro conseqüências essenciais para as vítimas da guerra, que são interpretados como uma exigência de não ferir os combatentes já capturados;

A humanidade exige que seja dada a preferência à captura sobre o ferimento e ao ferimento sobre a morte, a humanidade exige que se poupe, tanto quanto possível, os não combatentes (os que não combatem ou que já não combatem) já que estes são desprovidos de qualquer interesse militar. A humanidade ainda exige que se fira da forma menos grave e menos dolorosa. Por fim, a humanidade requer a captura de guerra seja o mais suportável possível, já que esta não equivale a um castigo, mas simplesmente a um meio de impossibilitar o adversário de ferir (DEYRA, 2001, p 27).

Dentro do contexto do DIH, é importante mencionar o Direito de Genebra (1949-1970) e o Direito de Haia (1899-1907), as quatro Convenções tiveram origem em 12 de agosto de 1949, que primeiramente exigia a Melhorar as Situações dos Feridos e Doentes das Forças Armadas em Campanha (guerra em terra), a seguinte, para Melhorar as Situações dos Feridos, Doentes e Náufragos das Forças Armadas no Mar, a terceira destinada Tratamento de Prisioneiros de Guerra, e por último, a proteção das pessoas civis em Tempo de Guerra. Seguindo o raciocínio de Deyra (2001, p.21), durante esse período, as convenções tiveram uma importante contribuição, principalmente visando a catástrofe dos acontecimentos da Segunda

Guerra Mundial. Alves (2001, p.123) sintetiza a importância da implantação das Convenções de Genebra (1949-1951) com o Direito Internacional humanitário;

A aproximação intrínseca entre o Direito Internacional Humanitário-das Convenções de Genebra de 1940 a 1951, com os respectivos Protocolos, sobre a proteção de civis em tempo de guerra e sobre refugiados- e os Direitos Internacionais dos Direitos Humanos, sempre reconhecido pela doutrina jurídica, aprofundou-se em Viena. Ela não poderia, em qualquer circunstância, ser ignorada por uma conferência destinada a incrementar aos direitos fundamentais para todos os seres humanos. Menos ainda o poderia após a conferência de preâmbulo da Declaração ao “espírito de nossa era” e a “realidade de nossos tempos” essa realidade já se caracterizava, em 1993, pela proliferação aparentemente infinita dos conflitos bélicos de natureza não internacional, alguns dos quais objetos de intervenção autorizados pelo Conselho de Segurança.

Dado a multiplicação dos conflitos armados não internacionais, entre elas (guerra de secessão, conflitos de descolonização, conflitos revolucionários e guerrilhas), e devido o destaque dos novos Estados independentes no cenário internacional, foi necessário reavaliar o direito dos conflitos armados, adicionando os Protocolos Adicionais de 8 de junho de 1977, com o objetivo de proteção às vítimas de conflitos armados internacionais e conflitos armados não internacionais (DEYRA, 2001, p.21).

O Direito de Haia (1899-1907) de acordo com Deyra (2001, p.20) são destinados ao direito dos combatentes, por isso, sua criação foi derivado dos campos de batalha para proteger os combatentes, com isso, quatro anos depois criou a Carta de São Petersburgo; Campos (2008) ainda enfatiza que o Direito de Haia está interligado a operações militares, no qual, se compromete com direitos e deveres, principalmente de ferir menos os combatentes inimigos.

Campos (2008, p.23) explica os conceitos jurídicas do *jus bellum* e o *jus in bello*, que estão relacionados com o Direito de Genebra e o Direito de Haia, também com a participação dos Estados quando era ativo nesse conceito;

Os conceitos de Direito de Haia e Direito de Genebra se relacionam também com o *jus ad bellum in bello*, que foram diferenciados ao longo da história. O *jus ad bellum* (direito a guerra) nem sempre foi um direito assegurado apenas aos Estados. Com a concentração do poder nas mãos dos Estados, e reforçando o *jus ad bellum* como prerrogativa exclusiva daquele que detém soberania, apenas os Estados poderiam declarar guerra e teriam assegurado esse direito, no entanto, atualmente, essa parte do direito praticamente desapareceu. Com a proibição do uso da força os Estados veem-se impedidos de solucionar seus litígios mediante conflitos armados.

De acordo com Campos (2008, p.24) tais recomendações de proibição do uso da força estão empregados na Carta das Nações Unidas, no qual os seres humanos gozam de direitos e deveres, de acordo com o Direito Internacional Humanitário, essas pessoas que concebem tais benefícios estão asseguradas e inseridas dentro de tratado internacional, então, dentro desses aspectos fazem com que um certo indivíduo tenha proteção também perante a um inimigo em tempos de guerra. Esses direitos estabelecidos pela ONU incluem prisioneiros da guerra, civis combatentes e não combatentes, enfermos, náufragos, feridos, pessoal de organização de defesa civil, pessoal sanitário ou parlamentares; às prioridades da proteção da dignidade humana vão além de fatores étnicos, social ou racial, devido a Carta das Nações Unidas subjugarem inclusão de proteção à pessoa humana, sem qualquer distinção.

3.2 O Direito Internacional dos Direitos Humanos – Teoria Universalista versus Teoria Relativista

As principais referências teóricas utilizadas são do Alves (1996) e Piovesan (2006), eles irão contribuir explicando sobre a Teoria Universalista dos Direitos Humanos, e a teoria do Relativismo Cultural³, no caso, o Relativismo Cultural é apenas um complemento na explicação de uma teoria que discorda do Universalismo; a Teoria Universalista defende os princípios dos direitos humanos, o Relativismo defende os princípios culturais do Estado. Para reforçar tais argumentos do universalismo, são discutidas sobre a Declaração dos Direitos Humanos, que teve participação de diversos Estados, os autores procuram expor todos os argumentos que a Teoria Universalista que contribuiu/contribui para a proteção do ser humano desde o princípio da criação, com concretização de normas. A Teoria Relativista é citada para demonstrar opiniões contrárias, no qual, a tese defendida são os valores culturais de cada território e de pessoas (PIOVESAN, 2006, ALVES, 1996, p.6).

A discussão em destaque da autora Piovesan (2006) é o contexto da contemporaneidade dos direitos humanos, que estão amplamente inseridas na Declaração Universal de 1948, reiterada pela Declaração de Direitos Humanos de Viena de 1993, tais direitos estabelecidos nesta Declaração, que teve origem no pós-guerra, foi marcado pelo processo de

³ALVARGONZÁLEZ, David. Del Relativismo Cultural y otros Relativismos. 2002. Disponível em: <https://digibuo.uniovi.es/dspace/bitstream/handle/10651/51183/EICatoblepas-2002-8_DavidAlvargonzalez.pdf?sequence=2>. Acesso em: 27 janeiro 2021.

internacionalização desses direitos, principalmente em consequência de grandes violações dos direitos humanos e do nazismo, tais atrocidades do nazismo foram concebidas pelo líder Hitler, resultou em 18 milhões de pessoas em campos de concentração 6 milhões sendo judeus, e os demais, comunistas, homossexuais e ciganos (PIOVESAN, 2006, p.6).

Sendo o século XX marcado pelo cenário de genocídio, após esse período de guerra, Piovesan (2006, p.7) leciona que começa um período de reconstrução dos direitos humanos, uma vez que nesse período não existia nenhuma proteção internacional que consistisse na proteção do ser humano. Essa reconstrução dos direitos humanos citado visava em direitos fundamentais, então, o principal objetivo era a criação de um órgão que garantisse proteção e direitos no âmbito internacional.

Ainda de acordo com Piovesan (2006, p.8), a Declaração de 1948 engloba as concepções de direitos humanos, entendida na compreensão de direitos humanos contemporâneos, caracterizado como universalidade e indivisibilidade dos tais direitos.

Universalidade porque clama pela extensão universal dos direitos humanos, sob a crença de que a condição de pessoa é o requisito único para a titularidade de direitos considerando o ser humano como um ser essencialmente moral, dotado de unicidade existencial e dignidade. Indivisibilidade porque a garantia dos direitos civis e políticos é a condição para a observância dos direitos sociais, econômicos e culturais e vice-versa. Quando um deles é violado, os demais também são. Os direitos humanos compõem, assim, uma unidade indivisível, interdependente e inter-relacionada, capaz de conjugar o catálogo de direitos civis e políticos ao catálogo de direitos sociais, econômicos e culturais.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) acarreta princípios da dignidade humana, que integram toda a humanidade, independente de religião, raça ou classe social. Em cooperação com os Estados e Nações Unidas, buscam promover o respeito ao ser humano e a liberdade, seguido de um compromisso estabelecido na Carta de São Francisco, o conceito do direito e liberdade são considerados de extrema importância; Tais direitos estão divulgados por Alves (1996, p.2), que, de acordo com a Declaração pregam todos direitos e deveres:

O Artigo 1º {...} todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade. O artigo 2º começa por entronizar axiologicamente o princípio de não-discriminação de qualquer espécie (em função de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza ou qualquer outra condição) acrescentando: “toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e liberdades estabelecidos nessa Declaração”. Passando da afirmação a linguagem imperativa, o mesmo Artigo 2º determina adiante que “não será feita qualquer

distinção fundada na condição política jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, que se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania”. Essencial a um documento destinados a todos os seres humanos, num período em que dois-terços da humanidade ainda viviam em regime colonial, foi essa determinação do segundo parágrafo do Artigo 2º - na verdade, uma auto restrição do Ocidente sobre a sua atuação nas colônias, tantas vezes brutal – que permitiu a declaração de 1948, denominada Universal, e não apenas internacional, como seria de esperar (ALVES, 1996, p.2).

De acordo com Figueiredo (2007, p.16), as principais críticas voltadas para a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) se concentram na ideologia que esses princípios são desenvolvimentos ocidentais, assim, contrapondo os princípios de outras culturas existentes. Os relativistas defendem as relações culturais dos povos, lecionando que, os valores e princípios não estão aptos para serem subjugado com os mecanismos da declaração universal, acima de qualquer lei os relativistas contrapõem a ideia de que apesar das distinções dos povos todos os seres humanos fazem parte de um mesmo conjunto.

Apesar dos encargos de princípios e tratados que ajuda fortalecer a Declaração, Piovesan (2016, p.16) afirma que o período da Guerra Fria foi o ano que marcaram discussões voltadas para a universalidade dos direitos humanos, no qual, os relativistas se posicionavam contra tais princípios, com os mesmos argumentos citados acima.

Seguindo os pensamentos de Hannah Arendt (1979,) Apud Piovesan (2006, p.13) leciona que os direitos humanos são invenções humanas, que possuem métodos de construção e reconstrução, baseados em processos históricos no presente e passado, envolvendo luta e ação social. Joaquim Herrera Flores (2009) ressalta o mesmo pensamento, caracterizando os direitos humanos como racionalidade e resistência à luta pela dignidade humana.

No texto de Piovesan (2006, p.13), declara que Boaventura (1997) argumenta que os direitos humanos devem ser conceituados como multiculturalismo, interpretada como uma relação de equilíbrio entre a competência global e a legitimidade local “que constituem os dois atributos de uma política contra hegemônica de direitos humanos no nosso tempo”, com o debate do universalismo e relativismo cultural, a autora quer dizer que o Boaventura (1997) defende as distinções das culturas, reforçando um consenso para um debate intercultural, devido a isso que Boaventura (1997) defende o conceito multicultural dos direitos humanos.

De acordo com as abordagens dos autores, é possível identificar que as visões de Piovesan (2006) e da maioria das opiniões dos autores citados acima usam bases sólidas para opinar sobre os direitos humanos, porque a sua principal metodologia para defender o

Universalismo se desenvolveram a partir das atrocidades do período de pós-guerra, então, essa justificativa se fortalece a partir do momento em que se percebe que necessita de proteger o ser humano internacionalmente, e então, cria a Declaração de 1948, que vira base de discurso entre teóricos que envolvem diversos Estados e Nações Unidas. Mas apesar das opiniões contrárias, percebe-se que a teoria do universalismo possui fortes bases discursivas, também fortalecida através dos acordos internacionais.

3.3 A Natureza Jurídica da Cruz Vermelha

O Direito Internacional Público (DIP) é divulgado como o estudo jurídico da sociedade internacional, e essa sociedade internacional é composta por sujeitos. O caráter jurídico ao sujeito de direito está atribuído em duas concepções, a passiva, que se refere a divulgação do Direito, a referência da ativa é a atuação no âmbito internacional, basicamente as interações estatais, juntamente com outros países estrangeiros, e quando o indivíduo aciona a uma corte internacional dos direitos humanos em razão dos seus direitos violados (MAZZUOLI, 2018, p.451).

Mazzuoli expõe que os sujeitos do DIP são entidades que estão juridicamente asseguradas pelos direitos humanos, com a capacidade de atuarem direto ou indiretamente na arena internacional. Dado a isso, o termo de pessoas de Direito Internacional é interpretado “como sendo aqueles seres ou organismo cuja conduta é regulada pelo Direito Internacional Público e em relação aos quais quaisquer concessões de direitos e imposições de obrigações são por ele determinados” (ACCIOLY, vol. I apud MAZZUOLI, 2018, p.451).

Com as afirmações acima, Mazzuoli (2018) explica que o termo de personalidade jurídica no plano internacional é compreendido como a capacidade para agir internacionalmente, o exemplo dos indivíduos, que não necessariamente obtém participação ativa e direta na tramitação das normas jurídicas internacionais, mas permanecem anunciado como sujeito do DIP. Apesar dessa limitação neste presente contexto, tais normas dependerão dos Estados e organizações internacionais (MAZZUOLI, 2018, p.451).

Diante dessa síntese, Mazzuoli (2018) reforça que são considerados sujeitos do DIP entidades relacionadas em ação direta e imediata com as normas internacionais, e sem mediação do poder estatal “para que os efeitos das normas se projetam em sua esfera jurídica”. A personalidade internacional está divulgada na esfera ampla, como por exemplo, o Estado, e a

menos ampla, o indivíduo. Também é relevante lecionar que, quando o ator aborda que o Direito Internacional afeta os sujeitos do direito interno pode ser interpretado no aspecto dos sujeitos possuírem ou não possuírem personalidade jurídica internacional, como no caso do (Direito Interno). Os sujeitos estão classificados em quatro grupos, compostos por Estados, as coletividades estatais, coletividades não estatais e indivíduos (ou particulares) (MAZZUOLI, 2018, p.451-452).

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha é a pessoa jurídica do direito internacional suíço, exercendo atividades internacionais, tendo acordos firmados com diversos Estados, que lhe outorgaram certas imunidades. Sua natureza jurídica é derivada de quatro Convenções de Genebra de 1949 e dos Protocolos Adicionais de 8 de junho de 1977, que lhe conferem credenciamento com fins de laborar de forma neutra em conflitos armados internos ou internacionais. É interessante observar o acordo de sede firmado entre o conselho Federal Suíço e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, em que é reconhecido o status de pessoa jurídica internacional, a capacidade legal do Comitê Internacional da Cruz Vermelha na Suíça, do CICV as garantias de independências e liberdade a organização (SASSOLI, M; BOUVIER, A apud KRIEGER, 2002, p.89).

Mazzuoli (2018, p.471) explica que a personalidade jurídica do CICV é interpretada como controversa, a princípio, parte da categoria de uma organização não governamental do direito privado, que são regidos através das leis do artigo 60º do Código Civil Suíço, assim, sendo distintas das características das organizações internacionais intergovernamentais, mas, são um dos principais mentores beneficiados com a promoção da legitimidade, intermediado pela a comunidade estatal, para a mesma atuar como sujeito do direito internacional, no qual, foram derivados de um acordo entre a Cruz Vermelha e o Conselho Federal Helvético.

Portanto, o autor Mazzuoli (2018, p.471), leciona que esse aparato de personalidade jurídica internacional se desenvolveu em razões das conjunturas de normas, tratados e reconhecimento das entidades internacionais. Portanto, a pertinência do autor se concentra em introduzir os tratados dos direitos internacionais, e no histórico de uma das organizações mais importante e pró ativa da atualidade que é o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, que se concentra desde a sua história até o seu funcionamento na natureza jurídica.

Como também está divulgado por Cunha e Vieira (2016, p.44), o CICV é um sujeito do Direito Internacional Público, mas a sua característica possui algumas peculiaridades, por questionamentos de dúvidas se são organizações não governamentais ou *sui generis*. Mas toda a estrutura do CICV está inserida dentro do DIP, sendo histórica e até mesmo a responsabilidade; não são formadas por Estado, e são privados, mas possui personalidade internacional, e legitimidade para elaborar tratados, também possui imunidade. O Estatuto do

CICV citado pelas autoras introduz que o CICV possui reconhecimento pelos Estados e demais organizações internacionais, devido a essas peculiaridades de não ser integrada por Estados, são consideradas uma organização *sui generis* (CUNHA, VIEIRA, 2016. p.45).

O autor Trindade (2017, p.136), aborda com sagacidade, sobre os princípios do Direito Internacional Contemporâneo; ao longo das diversas diretrizes que o autor aborda, reforça que as características voluntárias nem sempre obtêm força suficiente para evitar guerras e as violações dos direitos humanos. É um dos princípios fundamentais são as restrições do uso da força e armamentos dentro das relações internacionais, defendido e reconhecido juridicamente, então qualquer “uso da força” que esteja fora da Carta das Nações Unidas, recai a responsabilidade a nível internacional por tais atos. As doutrinas jurídicas direito internacionais visam a proteção dos corpos docentes das violações graves por parte dos Estados, então sendo a comunidade internacional os intermediários dessas ações.

A legitimidade da primeira Organização Humanitária Internacional foi um dos principais mecanismos de defesa e combate para situações de guerra no cenário internacional e cooperação nas relações internacionais. Os direitos humanos foram empregados para proteger os civis, por isso o discurso da Teoria Universalista ganha uma visibilidade neste capítulo ao expor como os direitos humanos obtiveram força por meio dos tratados internacionais. Ainda assim, pelo cenário da Síria não estabelecer tais discussões, isso também se reflete na natureza jurídica do CICV por possuir retidão de atuar em campos de guerra e elaborar tratados internacionais na proteção dos civis em campo de guerra. Dessa forma, a sua característica de neutralidade não seria suficiente para prestar suporte aos refugiados na Síria.

4 O COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA

4.1 Origens e atribuições do CICV

Como exposto no início deste trabalho, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) teve origem em julho de 1859, quando o comerciante Jean Henri Dunant, de Genebra, chegou ao norte da Itália. Dunant se deparou em um campo de guerra, na cidade de Solferino, onde franceses e austríacos se enfrentavam. Na “Batalha de Solferino”, Dunant se deparou em meios aos destroços da cidade, com o abandono de soldados mortos e feridos; diante do quadro catastrófico, resolve ajudar improvisando auto socorros e guardando as mensagens para as famílias de alguns soldados gravemente feridos as últimas despedidas (SANTOS, 2014, p.8).

Em decorrência da batalha de Solferino, Dunant escreveu o livro “Reuerdo de Solferino” lançado em 1863 (DUNANT, 1863 apud SANTOS, 2014, p.8). Em sua obra, o autor relata os acontecimentos testemunhados em Solferino, e também a sua contribuição na assistência aos feridos, dando ênfase à necessidade de construir uma assistência humanitária, com o intuito de fortalecer as equipes existentes para os exércitos.

O livro “Reuerdo de Solferino” teve uma contribuição importante para o progresso da assistência humanitária, ao contribuir para a fundação do Comitê Internacional de Socorros aos Feridos, ocorrida em fevereiro de 1863, liderado por Dunant e mais quatro indivíduos. No fim do ano de 1863, reuniu governos de diferentes localidades, no qual, alcançou com êxito apoio de médicos militares (SANTOS, 2014, p.10).

Em agosto de 1864, o Comitê alcançou a implantação de um Tratado Internacional, que legitimaria a proteção aos feridos, essa conquista foi concretizada através da Primeira Convenção de Genebra⁴ para a assistência humanitária, que também obrigava os exércitos a cuidarem de quaisquer soldados feridos na guerra, independentemente de qual lado pertencessem. No mesmo ano, o Comitê apresenta um emblema padronizado, que representaria os serviços médicos: uma cruz vermelha, assim, em 1880, a organização passou a ser

⁴ Convenção da Cruz Vermelha -1864. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/convencao-da-cruz-vermelha-1864.html>>. Acesso em: 26 janeiro 2021.

reconhecida oficialmente como Comitê Internacional da Cruz Vermelha (SANTOS, 2014, p.10).

Entretanto, as ideias propostas por Dunant se classificam em importantes ideologias visionárias e revolucionárias, que, primeiramente se presumia na fundação de Sociedades Nacionais de Socorro em cada Estado, com o objetivo de gerar assistência aos feridos da guerra, que gerassem apoio aos serviços médicos; essa conjuntura de conquistas se categorizam em um cenário de esperança, intermediado pelas testemunhas de Dunant em Solferino, também visando a escassez de equipes médicas (SANTOS, 2014, p.10).

A segunda seria a criação de um órgão de natureza jurídica, que atendesse as necessidades de um conjunto, também, principalmente aqueles que tivessem um histórico de validez, derivado dos combates na guerra, assim como as equipes médicas, com esse efeito, esses componentes estariam classificados como neutros; e por último, não menos importantes, Dunant propôs que seria fundamental a consolidação de um tratado internacional, pôs assim, dentro da lei suas propostas ganharia a força suficiente para a proteção dos feridos e dos poucos médicos que prestavam assistência (SANTOS, 2014, p.11).

Em setembro de 1863, Dunant reuniu governantes de diversas localidades, dando início na concretização de providência em relação à dignidade humana, por meio da efetivação da Primeira convenção de Genebra, assinada em 22 de agosto de 1864 e ratificada em 22 de junho, sendo a responsável por adotar condutas que assegura obrigações aos exércitos a prestarem assistência a quaisquer soldados feridos na guerra, independente de qual lado pertencessem, tais fatos estão homologados em suas cláusulas em dez artigos, lecionando as obrigações da integridade e respeito aos feridos, a proteção e profissionais da saúde caracterizado como neutro (SANTOS, 2014, p.12).

Segundo Portela (2018), a Primeira Convenção de Genebra ocorreu entre 26 e 29 de outubro de 1863, integrando dezoito delegados e quatorze governos, citado anteriormente, a conferência enfatizou a criação de uma sociedade de socorro, equipes médicas voluntárias e um órgão internacional humanitário. Essa terminologia está amplamente divulgada por Portela (2018) que abrange as suas reflexões com base na sua obra dos direitos humanos e direito comunitário;

O direito internacional humanitário, também conhecido como Direito Humanitário ou “Direito de Genebra”, é o ramo do Direito Internacional e do Direito Internacional dos Direitos Humanos que visa a reduzir a violência inerente aos conflitos armados,

limitando o impacto das hostilidades por meio da proteção de um mínimo de direitos inerentes a pessoa humana e pela regulamentação da assistência às vítimas das guerras, externas ou internas {...} o objetivo desse ramo do Direito é, para Dell'Olmo, o de minimizar os “efeitos deletérios” dos conflitos armados sobre a dignidade humana (p.1085).

A princípio, levando em pauta a importância que atribui ao Direito Internacional Humanitário (DIH), que refletiu/ reflete no cenário do pós-Guerra Mundial, a consolidação jurídica por meios de tratados internacionais, tornou-se um fator de extrema relevância no panorama global, com a consolidação de regras e normas. Portela (2018) traz essa definição objetiva, porque em uma análise histórica, tais fatos ocorridos obtiveram resultados positivos com a participação da organização humanitária, apesar das problemáticas existentes até a atualidade. Mas, de acordo com a citação de Portela (2018), o principal mentor que garante que as ONGs de assistência humanitária atuam incansavelmente está legalmente introduzido na Declaração Universal dos Direitos Humanos⁵, antecedendo garantias de proteção no âmbito universal. Dado a essas atribuições que o DIH e o CICV na asseguaração de proteção humana, são relevantes destacar como o CICV tem atuado no cenário de proteção dos refugiados, através dos princípios do Direito Internacional dos Refugiados (DIR)⁶.

Jubilut (2007) explica que o Direito Internacional dos Refugiados está primeiramente representada pela Convenção de 1951, com a participação da ONU e O Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), a Convenção foi criada entre 1948 e 1951, a ideia principal da elaboração dos direitos internacionais dos refugiados era quem poderia estar dentro dessa cúpula de proteção, então, foi apoiado pela ONU que esses direitos e proteção deveria atingir todas as pessoas que, eventualmente poderia ser de fato um refugiado ou apátrida. Tais ideias foram legitimadas pelo Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas. A autora afirma que na Convenção foi estabelecido que os refugiados são os indivíduos que devem estar protegidos em razão perseguição por questão de raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo, ou opiniões políticas. Além desses fatores para ser

⁵ONU. A Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>> Acesso em: 18 out. de 2018.

⁶JUBILUT, 2007. O Direito Internacional dos Refugiados: e a sua Aplicação no Ordenamento Jurídico Brasileiro. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/O-Direito-Internacional-dos-Refugiados-e-sua-Aplica%C3%A7%C3%A3o-no-Ordenamento-Jur%C3%ADdico-Brasileiro.pdf>> Acesso em: 24 de out. de 2020.

considerado um refugiado tem que está fora do seu país de origem e que seja impossibilitado de pedir proteção para o seu Estado por medo ou coerção (JUBILUT, 2007, p.83).

Jubilut (2007) leciona que, os Estados consideravam oficialmente refugiados apenas os indivíduos que vinham da Europa (devido os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial), e que ainda existia essa limitação para reconhecer os restantes dos refugiados de outras origens; nas cláusulas consideravam refugiados as pessoas que foram perseguidas na data anterior a 1951, também afirma que as Convenções teve muitos pontos negativos, devido possuir a visão dos refugiados apenas na esfera civil e político, e que, as questões econômicas sociais e culturais não era tratado com muita relevância, no qual era uma das principais problemáticas existentes. Então, de acordo com a autora, essas cláusulas do Direito tem a obrigação de resguardar o refugiado não obrigando retornar ao seu país, onde está sendo perseguido, visando a segurança do indivíduo, também possui regras de não aplicar sanção aos refugiados que não possuem documentos, ou seja, aqueles que entram com irregularidade (JUBILUT, 2007, p.86).

Os autores enfatizam que o CICV tem essa responsabilidade de não fazer deportações forçadas, seguindo todo um protocolo de segurança necessário, como a proteção de identidade do indivíduo, realizar rotas de fugas seguras, comunicação com os familiares desaparecidos, e o CICV ainda possui o poder de barganha com os grupos rebeldes, isso facilita devido sua neutralidade e imparcialidade, entre outras características. É importante destacar algumas características que essa população civil que são vítimas da guerra, as vítimas que permanece no seu país de origem mesmo devido aos caos, sem condição financeira, e desolado, é o um sujeito deslocado, ou seja, um deslocado interno, mas os que se submetem a atravessar outras fronteiras, são oficialmente refugiados; lembrando que o CICV presta suporte para os deslocados internos também caso queira se refugiar em uma próxima fronteira (SILVA, SILVA, 2020, p.109).

4.2 Breve introdução da atuação da Cruz Vermelha durante a I e II Guerra Mundial

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), durante a sua participação na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) criou a Agência Central de Prisioneiros de Guerra, em

Genebra⁷, que tinha como objetivo retomar os contatos dos soldados capturados com as suas famílias, a propagação dessa ideia se intensificou, tornando-se frequente. A organização do CICV lutou no combate ao uso de armas e concedeu pela primeira vez visitas aos prisioneiros políticos, na Hungria. Dentre as extensas atividades do CICV nos campos de guerra durante o período da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), um dos principais focos da missão se concentrou as visitas aos prisioneiros da guerra; na coleta de informações para vossos familiares e nas doações de alimentos; com participação das Sociedades Nacionais (HISTÓRIA DO CICV⁸)

De acordo com o site do CICV, desde o período de 1870, o órgão que estabelecia contatos entre prisioneiro e familiares se chamava Agência de Basiléia, durante o período da Guerra Franco-Prussiana; mas que, depois da Primeira e Segunda Guerras Mundiais foi renomeado de Agência Central de Prisioneiros da Guerra, no qual, o CICV pôde desempenhar um papel mais ativo com ajudas humanitárias. Mas em 1960, essa Agência passou a se chamar de Agência Central de Buscas, o objetivo era expandir suas atividades também para as vítimas de conflitos armados e as problemáticas internas, que foi considerado pelo o CICV como menos assistido de políticas públicas (AGÊNCIA CENTRAL DE BUSCAS DO CICV, 2010).

No período pós Guerra Mundial (1945), o CICV realizou contatos entre prisioneiros da guerra com as suas famílias e refugiados; mas foi no período de pós Guerra Fria que o CICV viu a necessidade de expandir suas atividades também para as vítimas de desastres naturais. Portanto, o CICV enfatiza como o Movimento tem estabelecido esses contatos familiares ao longo do tempo expandido as ações humanitárias de acordo com as necessidades dos novos acontecimentos; as vítimas das migrações também foram incluídas ao longo das jornadas. A cooperação com as Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e Crescente Vermelho foi de extrema relevância para a expansão em diversos cenários, e enfatiza que essas ações foram reconhecidas como parte do Direito Internacional Humanitário e dos Direitos Humanos (AGÊNCIA CENTRAL DE BUSCAS DO CICV, 2010).

Continuamente, depois da Primeira Guerra teve a participação bastante ativa dos voluntários em campos de batalha e assistência aos feridos em hospitais. Em 1919 criaram a

⁷ Agência Central de Buscas do CICV: meio século restabelecendo laços familiares, entrevista 01-06-2010. Disponível em: < em: <https://www.icrc.org/pt/doc/resources/documents/interview/centra-tracing-agency-interview-070410.htm>> Acesso em: 10 dez. de 2018.

⁸ História do CICV. Disponível em: <<https://www.icrc.org/pt/história-do-cicv>>. Acesso em: 7 out. 2018.

Liga das Sociedades da Cruz Vermelha como órgão responsável a patrocinar o Movimento, mas desencadeou em manter um intercessor neutro aos conflitos no período dos anos 1920 e 1930, assim, o CICV continuou em ação. O CICV exigiu aos governos empregar uma nova Convenção de Genebra, em 1929, inviabilizando recursos para uma maior proteção aos prisioneiros da guerra, apesar da promoção desse apelo o CICV não obteve leis específicas que garantisse proteção aos civis, visando a uma possível catástrofe da Segunda Guerra Mundial (HISTÓRIA DO CICV).

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o Comitê Internacional da Cruz Vermelha enfrentou um dos maiores desafios, devido a Segunda Guerra ter sido marcada por um holocausto, em um cenário de inúmeras violações da dignidade humana, um dos principais contribuintes na concretização para uma destruição em massa estão voltadas para os avanços tecnológicos; a sequência histórica se estrutura na difusão de regimes totalitários e o nazismo (PORTELA, 2018, p.927).

Durante esse período a organização do CICV trabalhou incansavelmente, visando maior proteção aos prisioneiros da guerra; portanto, devido à extrema capacidade de destruição da Grande Guerra, o CICV também se deparou ao fracasso durante a intervenções humanitárias; desde a Segunda Guerra Mundial a organização reforça medidas de fortalecimento do Direito Internacional Humanitário (DIH), divulgado como prioridade e de extrema relevância até aos cenários atuais (PORTELA, 2018, p.927).

Após o termino da Segunda Guerra Mundial (1949) foi assegurado novos direitos, juntamente com sessenta e três Estados e membros do CICV, pautaram as questões de proibição de tortura, voltadas para os prisioneiros da guerra, e estabeleceu direitos de recolher testemunhos dos prisioneiros vivenciados em campos de batalha, respeito à dignidade e a suas religiões. Essas informações escritas foram fundamentais para restabelecer laços familiares e situações mais humanas no sistema carcerário em período de guerra (PERNA, 2015, p.112).

4.3 Características do CICV, do Crescente Vermelho e Sociedades Nacionais do CICV

Com a fundação do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) surgiu o Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, pela Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha, todos citados com sede em Genebra, e existem

cerca de 175 Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (KRIEGER, 2002, p.100).

Segundo Krieger (2002, p.100), as conferências internacionais do CICV e do Crescente Vermelho são de extrema relevância, pois partem do princípio de resolução das problemáticas nos aspectos gerais, sendo os mentores de atribuições de tratados que envolvem representantes de bases nacionais, internacionais e Estados-partes das Convenções de Genebra, compondo a natureza jurídica do CICV. Os setes princípios fundamentais do Movimento Internacional da Cruz Vermelha, que vigora a organização são: parte do princípio de resolução de problemática no aspecto geral, sendo os mentores de atribuições de tratados;

Humanidade; O CICV nascida da preocupação de prestar socorros, indistintamente, aos feridos nos campos de batalha, esforça-se, no âmbito internacional e nacional, em evitar e aliviar o sofrimento humano sob quaisquer circunstâncias. Procura não só proteger a vida e a saúde, como também respeitar o ser humano. Promover compreensão mútua, amizade, cooperação e a paz duradoura entre os povos. Imparcialidade; O CICV não faz nenhuma discriminação de nacionalidade, raça, religião, condição social ou opinião política. Procura apenas minorar o sofrimento humano dando prioridade aos casos mais urgentes de infortúnio. Neutralidade: A fim de merecer a confiança de todos, o CICV abstém-se de tomar partido em hostilidade, ou de participar, em qualquer tempo, de controvérsias de natureza política, racial, religiosa ou ideológica. Independência; O CICV é independente. As Sociedades Nacionais, auxiliares dos poderes públicos, em sua autonomia a fim de poderem agir sempre de acordo com os princípios fundamentais do CICV. Voluntariado; O CICV é uma instituição voluntária de socorrer, sem nenhuma finalidade lucrativa. Suas atividades são exercidas por pessoas desprendidas, que dedicam as dores dos semelhantes. Unidade; Só pode existir uma única Sociedade da Cruz Vermelha em cada país. Ela está aberta a todos e exerce sua ação humanitária em todos os territórios, através de filiais estaduais e municipais. No Brasil, esta unidade está assegurada por lei federal. Universalidade; o CICV é uma instituição mundial, na qual todas as Sociedades Nacionais tem direitos e dividem iguais responsabilidade e deveres. Ajudando-se mutuamente, em harmonia com os demais membros do CICV internacional, o CICV, e a Liga de Sociedades do CV e do Crescente Vermelho (KRIEGER,2002, p.101,102).

Tendo exposto as características do CICV, Deyra (2001, p.33) reforça a ideia que o CICV possui objetivos de missão global que reflete diretamente as vítimas na maior parte dos territórios em situações de conflitos, que, juntamente como o Direito Internacional humanitário (DIH) envolvem uma série de tratados e princípios sobre direitos e deveres.

A Organização das Nações Unidas (ONU) consiste nesse percurso de conseguir acarretar maior credibilidade em relação às organizações internacionais perante aos Estados, e o princípio de neutralidade que, são justamente uma das medidas que o CICV e as Nações Unidas pregam para evitar que o sistema humanitário se politize (DEYRA 2011, p.34).

Deyra (2011, p.33) argumenta que, A Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha teve origem em 1919, diferentemente do CICV, a Federação não possui caráter baseado nas Convenções de Genebra de 1949, mas, consta o seu reconhecimento em atividades de cooperação internacional e também juntamente com as sociedades nacionais, suas sentenças estão atribuídas aos cenários de emergências, como por exemplo, fenômenos naturais. Os membros originais da Federação são as Sociedades Nacionais do CICV do Reino Unido, França, Itália, Japão e Estados Unidos. A Federação é composta por 175 sociedades nacionais do CICV e do Crescente Vermelho, a organização internacional consta com 128 milhões de pessoas, e 274.400 funcionários, com o secretariado fixo em Genebra, e com a contribuição de aproximadamente 250 funcionários, e 400 funcionários presentes em 65 instituições no mundo.

Deyra (2011, p.33) continua lecionando que a Federação Internacional das Sociedades Internacionais do CICV e do Crescente Vermelho refere-se a uma ONG internacional, com os principais objetivos de desenvolverem ações humanitárias juntamente com as Sociedades Nacionais, destinados às populações mais suscetíveis. Em decorrência do pacto ocorrido em 20 de outubro de 1989 entre a Conferência Internacional da Cruz Vermelha (CICR) e a Federação. As missões destinadas para essas organizações foram deliberadas que a Federação se responsabiliza por liderarem as pautas de ações internacionais de socorros às vítimas de desastres naturais, refugiados e pessoas deslocadas, mesmo distante dos panoramas de conflitos; O CICR, o CICV e o Crescente Vermelho, também se comprometeu/comprometem na direção geral dentro da área de conflito (DEYRA, 2011, p.33).

As Sociedades Nacionais são ONGs nacionais, a sua atuação é baseada de acordo com cada situação do Estado no qual se encontram, os serviços prestados variam do serviço à saúde, assistência social a extensões de programas a juventude. As Sociedades Nacionais também interferem em situações de guerra, enquanto os auxiliares dos serviços sanitários prestam suportes em defesa da saúde das vítimas, sendo eles refugiados, prisioneiros da guerra ou internados (DEYRA, 2001, p.33).

Com base no site do CICV, O Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho são duas entidades interligadas que agem em conjunto e com seus princípios legitimados na XX Conferência Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, em 1965, em Viena. Os dados do CICV, apontam como essas duas entidades humanitárias estão presentes em quase todo o território dos países, com princípios de

humanidade, imparcialidade, neutralidade, independência, voluntariado, unidade e universalidade; ambas possuem a responsabilidade de proteção da dignidade humana. O Movimento da Cruz Vermelha é formado pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (que são basicamente as Sociedades Nacionais, que são as bases de apoio do CICV em regiões específicas). O site do CICV aponta também que “a Federação Internacional e as Sociedades Nacionais de todos os países são organizações independentes”, compostas por estatutos diferentes, e a cada dois anos realizam reuniões no Conselho dos Delegados e a cada quatro anos acontece a Conferência Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, juntamente com os Estados Partes, nas Convenções de Genebra (DESCUBRA O CICV⁹).

Com base nas informações do CICV, o Acordo de Sevilha promulgado pelo o Conselho de Delegados, de 1997, e o Estatutos do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, estabelece que é de responsabilidade do CICV comandar as atividades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho em situações de guerra, violência e prestar suporte aos deslocados internos. Como o Comitê Internacional da Cruz Vermelha é o principal órgão fundador, cabe a esse mesmo Movimento fiscalizar e julgar Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho se estão aptos a fazerem parte como membro ao obedecer os princípios fundamentais; ainda afirma que a Federação Internacional também faz parte dessa análise. Portanto todos os princípios do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho estão estabelecidos em 180 países, atuando com suporte a saúde, ajuda humanitária, assistência social, ou situações de conflitos armados (DESCUBRA O CICV).

O suporte que o CICV promove para as Sociedades Nacionais está inserida desde a fiscalização até em assistências direta com as vítimas de guerra, propagando os princípios do Direito Internacional, e redes de buscas de contatos com os seus respectivos familiares; então existe uma cooperação de divisão de trabalho mútuo com o objetivo de maior eficácia nas operações de ajuda médica (DESCUBRA O CICV, 2013, p.45).

O CICV desde a sua atuação na Guerra Mundial, tem mostrado a sua importância como ONG internacional, seja na elaboração de tratados ou na questão dos refugiados, no qual o trabalho apresenta como esse órgão tem contribuído com suporte dentro dos campos de batalha e nas

⁹ Descubra o CICV: Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/doc/assets/files/other/icrc_007_0790.pdf>. Acesso em: 26 jan. de 2021.

fronteiras europeias, por isso, foi importante enfatizar o papel das Sociedades Nacionais do CICV, juntamente com os refugiados sírios, porque além da cúpula do CICV oferecer os suportes técnicos, as Sociedades vão agir diretamente no cenário problemático, na Síria e fronteiras europeias.

5 DO FLUXO MIGRATÓRIO DE REFUGIADOS À ANÁLISE DOS RELATÓRIOS ANUAIS DO CICV

5.1 A FRONTEX e os refugiados

Em 2004 criaram a Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeiras (FRONTEX), com o intuito de proteger e fiscalizar as fronteiras da União Europeia, juntamente com os países-membros da UE e também aqueles vinculados ao pacto Schengen (no qual, é um acordo de livre fronteira entre Estados europeus); o funcionamento da Frontex também depende da contribuição de membros da UE, e são fiscalizados pelo Conselho de Administração, composto por líder de cada Estado-membro; e sua sede está localizada em Varsóvia (Polônia) (FRONTEX¹⁰).

De acordo com Osvaldo Coggiola (2016), entre o período de 2014 e 2015, a costa do Mediterrâneo Europeu foi cenário de abrigo de milhares de refugiados, vindo principalmente do Oriente Médio, África e Ásia (sendo a Ásia em pouca escala), o objetivo era chegar na Europa ocidental. Apesar dos refugiados estarem refugiando da miséria, guerras, perseguições políticas, religiosas e mudanças climáticas, durante a travessia os desafios passam a serem maiores, por se deparam com grandes expectativas e guardas fronteiriços e até mesmo o tráfico ilegal de imigrantes (COGGIOLA, p.662).

Em consequência dos inúmeros fluxos migratórios ilegais, milhares de refugiados do Oriente Médio e África cruzaram as fronteiras da Grécia e Turquia, a Grécia e a Frontex tomaram maiores medidas de segurança. Em 2012, a Grécia construiu uma cerca de proteção, reduzindo o fluxo migratório pela fronteira grega-turca em 95%. Em 2015 a Bulgária também construiu uma proteção. A Frontex foi de grande relevância na questão da assistência aos refugiados naufragados, que ocorreu em 2013, na costa da ilha de Lampedusa (Itália), ocorrendo mais de 360 mortes. O governo italiano encerrou as operações em 2014, com uma estimativa de 2,9 milhões de euros investidos pela Frontex. Dados da tabela de Coggiola (2016), apontam que a Síria está no topo de maior concentração de refugiados que atravessam as fronteiras da UE em 2014, com estimativa de 66,698 pessoas (COGGIOLA, 2016, p.662-663).

¹⁰ O que é a Frontex? Disponível em: <<https://frontex.europa.eu/language/pt/>>. Acesso em: 26 de mar. de 2021.

De acordo com os dados da Organização Internacional de Migração, Coggiola (2016, p.663) aponta que ocorreram 3.078 mortos ou desaparecidos em 2011, na tentativa de travessia para a Europa. Entre o período de 2000 a 2014, foi relatado mais de 22 mil refugiados mortos e 283.532 fluxos migratório ilegal para a UE, através do mediterrâneo central, oriental e rotas terrestres por via dos Balcãs ocidentais, a maioria delas vindo da Síria, Eritreia e do Afeganistão.

O autor Coggiola (2016) relata que, de acordo com a Organização Internacional da Imigração, até setembro de 2015 ocorreram 3500.000 imigrantes e mais operações sobre naufrago em 2015, resultando em 700 indivíduos desaparecidos; e a Alemanha divulgou que cerca de 800.000 mil pessoas pediram asilo na Europa. A Frontex legitimou a rota ocidental, do Mediterrâneo de Puglia, da Calábria, rota circular da Albânia para a Grécia, dos Balcãs ocidentais (da Grécia pela Macedônia e Sérvia para a Hungria), mediterrâneo oriental, e fronteiras orientais, sendo elas um dos principais pontos de imigração para os refugiados e dos traficantes de pessoas. O autor afirma que o objetivo dos refugiados é tentar se estabelecer em países desenvolvidos, como a França, Alemanha e Reino Unido. Em 2015 fechou a principal rota da Hungria, no qual, refugiados do Oriente Médio, em destaque a Síria, que tiveram acesso para a Alemanha (COGGIOLA, 2016, p.663).

O período de 2014 a 2015 se destacou com o maior período de imigração de refugiados e números de tragédias, foram contabilizados 515 mil refugiados e imigrantes durante as travessias ao mar, o ACNUR aponta que no período de 2015 mais de 2.500 pessoas morreram, 479 afogaram ou foram dados como desaparecidos, a partir de abril o número de pessoas que se afogaram ou foram consideradas desaparecidas aumentaram para 1.308, e 54% vieram da Síria. As propostas de distribuição dos refugiados em 2015 não foram bem sucedidos por parte da UE, mesmo com Convenções de Acordos, mas Coggiola (2016) leciona que a Grécia recebeu 383 mil refugiados, Itália 130 mil e Espanha com 2 mil refugiados, mas a Alemanha, que ainda é o destino mais procurado (COGGIOLA, 2016, p.664-665).

Com a crise, muitos sírios tiveram que se refugiarem dentro dos países vizinhos, 215.303 refugiados sírios foram para o Iraque, 615.792 para a Jordânia, 1.185.275 para o Líbano, 139.625 para o Egito e 843.779 para a Turquia; Apesar da crise de refugiados na Europa, é visível a quantidade de refugiados dentro dos países vizinhos da Síria. Coggiola (2016) ainda observa que a segurança fornecida pela Europa ainda não cumpre todas as

necessidades da grande quantidade de refugiados, com isso, torna-se uma problemática internacional (COGGIOLA, 2016, p.666).

Os refugiados da Síria são a maioria na Europa, estima-se que cerca de 12 milhões cruzaram a fronteira para a UE desde o início do conflito sírio, além da guerra civil, crise social e econômica na Síria, o autor afirma que a maioria optou pela Europa devido os campos de refugiados em países vizinhos, como Turquia, Líbano e Jordânia não atenderem suas necessidades; mas em 2016 com o encontro de 70 países foi possível arrecadar 11 bilhões de euros, destinados 3,5 bilhões para os refugiados na Turquia (COGGIOLA, 2016, p.667).

Para analisar essa mesma questão dos refugiados, foi incluído o relatório do ano de 2016 dos Médicos Sem Fronteiras (MSF). Esse período foi um cenário limitado para as organizações humanitárias, devido ao fechamento de barreiras no território da Síria e com um cenário instável e de insegurança, o governo foi o principal responsável por esse acontecimento, por isso o MSF teve que contribuir a distância (MÉDICOS SEM FRONTEIRAS, 2016, p.4).

De acordo com o relatório, o ano de 2016 foi a missão mais conturbada para o MSF, em uma das tentativas de suporte, foram surpreendidos com bombardeios dos exércitos sírios nas 32 unidades de atendimento médico que totalizaram 55 mortes. Desde de 2014 a unidade oferece assistência na cidade de Aleppo (Síria), mas a partir do ano de 2016 ficaram impossível continuar com as prestações de serviços, a cidade foi totalmente dominada pelo governo opressor sírio, o MSF prestou serviço nessa área dentro das medidas possíveis, dentro das limitações do governo, mais tarde, conseguiu realizar 85.737 consultas, 1589 cirurgias e 3.692 internados; no norte da Síria; o MSF trabalha ativamente na área administrativa desde de 2015; realizou programas de triagem e desnutrição, realizando 101.680 consultas e 138 cirurgias; muitas pessoas teve que evacuar a cidade, mas no retorno se deparam com implantações de explosivos, e cerca de 190 pessoas em Manbij teve que receber assistência do MSF (MSF, 2016, p. 25).

Então, apesar do ano de 2016 ter sido um momento de grandes desafios para o MSF e outras entidades humanitárias, teve êxito nessas atividades citadas e entre outras, sendo um dos grandes representantes da saúde no território da Síria, o relatório ainda aborda que as atividades a distância são realizadas nos territórios vizinhos, doações de remédios, equipamentos médicos, e apoio financeiro; esse apoio para esses ambulatórios, sendo ele fixo ou móvel tem sido de grande relevância para as vítimas da guerra civil na Síria; o MSF ainda pôde realizar cerca de

2,2 milhões de atendimentos e 770 mil casos de emergências, 225 mil cirurgias, e 29 mil procedimentos de parto até o período; apesar desse destaque, até mesmo o MSF frisa que a entidade é mantida por suporte de outras organizações (MÉDICOS SEM FRONTEIRAS, 2016, p. 25).

O CICV apresenta no seu relatório “Shifting Borders: Externalising Migrant Vulnerabilities and rights?”, de desastres mundiais de 2018, no qual apresenta suas visões, experiências e críticas sobre a imigração dos refugiados, e leciona que nesse período concentrou desastres, aumento de pessoas refugiadas, e o enfraquecimento de poder da comunidade; no trecho deste capítulo também será destacado brevemente sobre a contribuição da Sociedade da Cruz Vermelha espanhola, juntamente com o Crescente Vermelho; e serão questões de debates as ações da Frontex, e a “externalização” da imigração e como isso vai afetar diretamente os refugiados que são obrigados a atravessarem as fronteiras com destino a Europa (CICV, 2013, p.5).

O artigo do CICV aborda que a Sociedade da Cruz Vermelha europeia tem total responsabilidade sobre as assistências humanitárias com os refugiados, na questão de saúde e na prestação de apoio; com o programa de Estocolmo 2009, ficou estabelecido que a União Europeia ficaria responsável pelas políticas de imigração, e na 31ª Conferência Internacional da Cruz Vermelha e Crescente Vermelho ficou estabelecido que é de responsabilidade dessa entidade prestar suporte aos refugiados; também enfatizando que os Estados devem fazer políticas públicas voltadas para fronteiras internacionais no intuito de proteger os refugiados nas fronteiras; o relatório também aborda que os Estados se comprometeram na proteção internacional dos refugiados, e que é de responsabilidade do Estado resguardar a segurança de acordo com o que está estabelecido no Estatuto Jurídico, de não discriminar nenhum indivíduo; mas o CICV enfatiza que a problemática dessas questões também é voltada para a “externalização” (CICV, 2013, p.5).

O que era para ser uma passagem segura, protegida e com garantias dos direitos humanitários torna-se um pesadelo para os refugiados na tentativa de acesso a União Europeia. Visto que o principal objetivo do CICV é prestar apoio humanitário, o CICV vai explicar como as problemáticas das fronteiras da União Europeia vão trazer mais complicações na prestação de serviço humanitário com os refugiados (CICV, 2018, p.5).

De acordo com o CICV, os acordos entre os Estados através do termo externalização virou jogo de interesse entre os países da Europa e até mesmo com os países de origem dos refugiados, com o objetivo de ter mais controle nas fronteiras, esses países fazem esses acordos de barganha visando a cooperação dos Estados no controle de fluxo migratório com destino aos países europeus, essas práticas gerou muitos problemas, dificultando o trabalho das Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha na questão humanitária. Em uma dessas abordagens será questionada sobre a Frontex, que foi criado por Estados-Membros, em 2004, e ratificada através do Pacto Europeu sobre Imigração e Asilo, em 2008, no qual é mediadora de cooperação entre as autoridades nacionais de fronteiras na União Europeia; o CICV aborda que “ o efeito dessa Agência é distanciar as pessoas que busca proteção internacional”, se referindo a Frontex; percebe-se como a Cruz Vermelha faz uma forte crítica a Frontex, mesmo sendo uma das principais guardas fronteiriças de controle de imigrantes e refugiados (CICV, 2013, p.7).

O CICV ainda enfatiza que essa externalização pode prejudicar a Organização da Sociedade Civil (no qual, são a favor do refúgio dos imigrantes), e prejudicar os direitos fundamentais e a democracia, que foram ratificados pelo Estados- Membros da União Europeia. O artigo ainda enfatiza que, Antonio Gutierrez (Secretário-Geral das Nações Unidas) lecionou em 2008 que durante esse período tem crescido o número de barreiras no território europeu, e com isso, resulta com mais refugiados procurando meios ilegais para entrar na Europa; o relatório ainda faz uma crítica que, com a eclosão da Primavera Árabe, e mesmo ter sido apoiado fortemente pelo os governantes europeus, em 2011 foi inserida a Frontex na costa da Tunísia e Líbia, barrando essas populações a fim de não chegarem a União Europeia; apesar das contribuições da Frontex com a proteção dos refugiados, o artigo expõe que a ainda existe controvérsias sobre a passagens destes refugiados, devido às violações dos direitos humanos quando exigem que retornem para os seus países (CICV, 2013, p.10).

A União Europeia fortaleceu as barreiras das fronteiras externas e os acordos com as outras autoridades das fronteiras dos Estados vizinhos e essa trajetória nas fronteiras da União Europeia acaba não sendo benéfica para o refúgio, uma vez que viola os direitos humanos, e essa segurança reforçada nas fronteiras acaba sendo prejudicial na aplicação do DIH, no qual repudia o fato dos refugiados serem obrigados a retornar para o seu país onde suas vidas poderão está em risco. Os refugiados estão entrando ilegal porque, mesmo entrando dessa maneira tem a questão da Política de Imigração, no qual, reconhece que os refugiados possui essa

característica de vulnerabilidade, necessidade de busca de abrigo, e também no direito de procurar refúgio, mesmo tendo esses direitos estabelecidos ao seu favor, o CICV reconhece que a Frontex continua não obedecendo e gerando problemáticas para os refugiados e o fortalecimento do DIH. Então, o CICV reforça para os Estados-Membros da União Europeia que esses refugiados internacionais estão assegurados pelos direitos humanos, no qual tais direitos podem ser aplicados dentro dessas circunstâncias sempre qualquer impedimento, dando ênfase no direito do refúgio (CICV, 2013, p.11).

O CICV destaca como o momento está mais difícil chegar a Europa, devido ao aumento dos números de barreiras para os refugiados, e o processo da externalização é basicamente um conjunto de implementações de controles de fronteiras, que é considerado um dos fatores que mais impossibilita as passagens dos refugiados, e a externalização também são acordos bilaterais entre países individuais na Europa, e são baseados em interesses individuais, e afirmam que isso fere os direitos humanos, essas violações continuam sendo praticado. O relatório frisa que esses acordos bilaterais entre membros da Europa e até mesmo os países que não fazem parte desse território têm que ser investigados na questão das violações dos direitos humanos, e como isso pode prejudicar o indivíduo, reforçando que medidas tem que ser tomadas para resguardar esses direitos dos refugiados e garantir que os pedidos de refúgios sejam atendidos (CICV, 2013, p.12).

O CICV destaca que, mesmo que exista esses acordos bilaterais ou multilaterais, os direitos ainda devem ser aplicados, respeitar e cumprir as cláusulas, o CICV ainda especifica que não cabe a esses países fazerem controle de imigração do refúgio, e enfatiza que, a não ser que seja algo voltada para proteger ou fortalecer os direitos humanos (CICV, 2013, p.14).

A Cruz Vermelha espanhola contribuiu/contribui com serviço de assistência humanitária, também nas jornadas migratórias, e como ela contribuiu desde o final dos anos 90 com os refugiados africanos na questão da hispano marroquino, quando eles enfrentaram a travessia para a Europa, e a sua atuação é em parceria com os servidores públicos no Ministério do Trabalho e Previdência Social e outras Organizações não Governamentais (ONGs), no qual asseguram apoio jurídico e psiquiatria para os refugiados, também voltado para o refúgio, às vítimas de tráfico, área da saúde, saúde psicológica, exames também voltadas para crianças, para as mulheres grávidas, doenças sexualmente transmissíveis, educação, e todos os atendimentos de direitos básicos (CICV, 2018, p.14).

Portanto, o reforço nas fronteiras da União Europeia é justificado devido à necessidade de controle de travessia dos refugiados e foi divulgado que, na realidade, não possuem uma taxa de controle na questão do refúgio, devido ocorrer muitos fluxos de refugiados. O CICV aponta que devido a essas práticas de fortalecimento das barreiras de segurança na União Europeia praticadas pela Frontex, juntamente com esses governantes da Europa, que resulta aos refugiados tomarem medidas mais drásticas com rotas mais perigosas, justamente por não ter outra alternativa, também enfatiza como refugiados estão morrendo e desaparecendo nas fronteiras da União Europeia. Nesse sentido, o que o CICV considera uma das problemáticas é a falta de escolha, e os meios ilegais que eles estão tomando, e destaca que apoia e introduziu avisos para a criação de implementações de barreiras segura, visando uma travessia com mais segurança (CICV, 2018, p.17).

5.2 Relatório anual do CICV (2011)

Os dados enfatizam que os cuidados básicos de saúde foram realizados pelo CICV em conjunto com o Crescente Vermelho Sírio Árabe, que foi fundamental para fortalecer o conjunto de assistências humanitárias na região. O CICV realizou visitas aos presos em Damasco, o que foi de grande relevância para a equipe, no qual o objetivo era expandir mais visitas por todo o país, mas sempre dentro dos limites da segurança na Síria. O documento aponta que foram 257 pessoas refugiadas de origem iraquiano e também apátridas, o CICV juntamente com o ACNUR emitiu documentos para essas pessoas poderem se abrigar em outros países; 36.400 pessoas na região do nordeste da Síria foram beneficiadas com recursos hídricos, como apoio da Cruz Vermelha e Sociedade Nacional desde de 2010, o CICV tem beneficiado as regiões de Al-Hasakah e Deir Ez Zor (CICV, 2011, p.400).

O CICV realizou uma pesquisa na área para poder distribuir água e implantar reservatórios em determinadas regiões mais pobres e com problemas da seca. É visível como as Sociedades Nacionais têm contribuído com o CICV no intuito de beneficiar as pessoas deslocadas, mas a ação do governo sírio tem sido a maior problemática na questão de barreira de segurança, o CICV vem beneficiando essa população, mais dentro dos limites estatais, mas isso não significa que seu trabalho não obteve uma grande relevância dentro do território sírio. Os conflitos na

Síria se entenderam de norte a sul, à medida que o conflito se espalhava, a Cruz Vermelha agiu com as possíveis ajudas humanitárias recuperando a dignidade humana destinadas aos Deslocados Internos e Residentes (IDPs), repatriados e entre outros. Os cuidados médicos, segurança, água e habitação eram as principais pautas diante deste cenário, por isso a necessidade de procurar apoios para suprir todas as necessidades básicas (CICV, 2011, p.400).

O presidente do CICV, obteve uma tentativa de contato com o presidente da Síria, o Bashar al-Assad, no período de 2011, e foi discutido pautas sobre a assistência humanitária, juntamente com o Ministério das Relações Exteriores e aponta que ocorreu melhoras em relação ao Crescente Vermelho Sírio e o CICV, mas, infelizmente, as medidas protetivas na região da Síria resultaram em condições mínimas de suprir todas as necessidades do povo sírio. Apesar dessa barreira, foi descrito que a Sociedade Nacional conseguiu prestar suporte a aproximadamente 70.000 pessoas vulneráveis, com ajuda de alimentos, produtos de higiene e 40.000 em kits escolares (CICV, 2011, p.401).

À medida que a situação na Síria só piorava, a entidade da Sociedade Nacional deu mais atenção aos feridos e doentes, porque era a prioridade devido ao ambiente de insegurança, no momento a única opção de ajuda era a Sociedade Nacional. Os suplementos básicos foram essenciais para tratar os indivíduos que se encontravam mais feridos; durante esse período o CICV teve que aumentar a sua equipe com mais unidades móveis; A organização frisa que foi noticiado para a mídia internacional relatórios sobre a situação dos indivíduos, destacando o respeito à dignidade humana (CICV, 2011, p.401).

O Movimento do Crescente Vermelho Árabe Sírio obteve apoio do CICV nos socorros às vítimas, famílias que necessitam desses socorros puderam ser ajudadas dentro dos limites de segurança do local. As Sociedades Nacionais agiram na questão de comunicação e centro de treinamentos, embora algumas atividades tenham sido suspensas, como o projeto de risco de minas, voltada para o recrutamento das crianças. A equipe realizou juntamente com parceiros, workshop com o intuito de divulgar e fortalecer o Movimento e também em prol da saúde do “Projeto Danger”¹¹ que busca solucionar medidas protetivas voltadas para a saúde em situações de guerras. (CICV, 2011, p.402).

¹¹ Especialistas discutem as ameaças das violência armada à assistência à saúde. Disponível em: <<https://www.icrc.org/pt/doc/resources/documents/news-release/2012/health-care-danger-news-2011-04-23.htm>>. Acesso em: 5 de abr. de 2021.

A equipe de saúde do CICV recebeu ataques, portanto tiveram que atuar em um ambiente de instabilidade, a assistência humanitária estava sendo colocada à prova, e o presidente do CICV declara “os esforços do CICV para oferecer assistência médica e saúde aos feridos e doentes, beneficiando cerca de 6,8 milhões de pessoas em todo mundo, incluindo o Afeganistão, Somália, Síria e Líbia [...] em 2011 (CICV, 2011¹²).

Tabela 1 – Assistência Humanitária do CICV na Síria (2011)

ASSISTÊNCIA	Total	Mulheres	Crianças
Comida	70,000	20%	60%
Itens domésticos essenciais	40,860	20%	60%
Atividade de água e habitação	36,400	30%	10%

Fonte: Elaboração através do documento anual do CICV sírio 2011.

De acordo com a análise da tabela acima, observa-se que a maior parte das doações de 6,060 milhões de Francos Suíços (CHF) foram destinados a alimentação, beneficiando 70,000 pessoas de 14 mil famílias, 60% foram destinado para as crianças devido a necessidade de leite para os bebês (em um único pacote), 40,860 pessoas se beneficiaram dos itens domésticos essenciais que foi dividido para 8,200 pessoas com kits de higiene e 30,000 com kits escolares para as crianças. Devido à escassez de água e a falta de moradia na região, foi disponibilizado água potável e habitação para 36.400 pessoas (CICV, 2011, p.400).

5.3 Relatório anual do CICV (2012)

Durante esse período, o país enfrentou diversas dificuldades, principalmente ao acesso à alimentos, saúde e saneamento básico; mesmo diante desse caos, a Sociedade Nacional e o CICV não deixaram de exigir e exercer suas funções perante o DIH. A região rural de Damasco sofreu dificuldades em receber tais ajudas citadas acima, devido ao colapso existente até o período (CICV, 2012, p.444).

Em 2012 as crianças foram um pouco mais beneficiadas, em segundo, as mulheres, os

¹² Relatório anual 2011 anos de crises complexas e imprevisíveis. Disponível em: <<https://www.icrc.org/pt/doc/resources/documents/news-release/2012/annual-report-2011-news-2012-06-25.htm>>. Acesso em: 11 de mar. de 2021.

gastos em água, habitação e alimentos destinados aos deslocados são os números que mais se destacam na tabela. O relatório justifica essa abrangência de ajuda humanitária em meio a uma guerra devido a sua neutralidade, imparcialidade e independência da Sociedade Nacional do CICV. O ano de 2012 também foi marcado por visitas aos prisioneiros, o CICV foi constatado pelos familiares, que teve seus parentes presos desde de 2011, e relata que, apesar das inúmeras tentativas de 370 solicitações enviadas, nenhuma obteve resposta; o CICV visitou os prisioneiros em Aleppo, mas não foram autorizados avaliar as instalações do lugar onde residiam os presos; com essa visita o CICV relata que fez uma reunião com o Ministério das Relações Exteriores, mas não obteve um resultado esperado de estabelecer contato dos prisioneiros com suas famílias (CICV, 2012, p.445).

O CICV relata que em janeiro de 2012 o Secretário-Geral do Crescente Vermelho morreu quando saía de Damasco para Aleppo, sete voluntários da Sociedade Nacional também foram mortos; devido essas tragédias o CICV frisa que foi documentado e comprovado como abusos contra a equipe médica e pacientes, o CICV divulgou com neutralidade a necessidade de uma trégua para os atendimentos (CICV, 2012, p.446).

A equipe da Sociedade Nacional continuou prestar assistência humanitária mesmo diante de toda a catástrofe e dificuldade, mas obteve suporte com kits emergenciais do CICV, do Estado, hospitais privados e do Crescente Vermelho Sírio, o apoio do CICV ainda foi essencial para repor mais kits cirúrgico para a Sociedade Nacional de Aleppo (CICV, 2012, p.447).

Percebe-se que o CICV foi atencioso em relação ao estoque de medicamentos, visando a uma possível interdição de entrada de novos suplementos de saúde na Síria, então o CICV prestou bastante suporte para as Sociedades Nacionais, porque, devido ao cenário de insegurança nem todos poderiam ter acesso a essa unidade física improvisada, então foi montada muitas equipes de cirurgia no transporte móvel, na cidade de Damasco e Homs; as unidades móveis foi relevante para prestar socorro imediato para pessoas mais gravemente feridas e sem condições de se locomover (CICV, 2012, p.447).

Tabela 2 – Assistência Humanitária do CICV na Síria (2012)

Assistência	Total	Mulher	Criança
Commodities alimentares	1,529,135	30%	40%
IDPs	1,529,135		
Itens domésticos essenciais	419,272	30%	40%
IDPs	419,272		
Atividade de Água e habitação	14,877,157	32%	40%
IDPs	88,514		

Fonte: Elaboração através do documento anual do CICV (2012).

Com isso, o CICV ajudou com mais de 14,88 milhões de Francos Suíços para as pessoas sem acesso a água, alimentação e itens domésticos. Dado as afirmações acima, o ano de 2012 foi o ano que teve mais beneficiados comparando com o relatório de 2011, e mais de 1 milhão de deslocados e refugiados foram beneficiados com alimentação, e mais de 400,000 pessoas beneficiados com itens domésticos (colchões e kits de higiene) incluindo mulheres e crianças, foi concedido kits escolares para 30,000 crianças; 88,000 deslocados internos foram incluídos na reabilitação, reformas de habitação, hospedagem em escolas e edifícios públicos (dando atenção para os saneamentos básicos nesses locais improvisados). Na região de Deir Ez-Zor, Homs e Damasco 135,000 deslocados e internos foram atingidos pela à seca e foi entregue água para 80,000 pessoas e 133,300 litros de água (CICV, 2012, p.444).

A região rural de Damasco sofreu dificuldades em receber tais ajudas citadas acima, devido ao colapso existente até o período. Em 2012 as crianças foram um pouco mais beneficiadas, em segundo as mulheres, os gastos em água, habitação e alimentos destinados aos deslocados são os números que mais se destacam na tabela. O relatório justifica essa abrangência de ajuda humanitária em meio a uma guerra devido a sua neutralidade, imparcialidade e independência da Sociedade Nacional do CICV (CICV, 2012, p.444).

Ao concluir os dados, durante esse período o país enfrentou diversas dificuldades, principalmente ao acesso à alimentação, saúde e saneamento básico; mesmo diante desse caos, a Sociedade Nacional e o CICV não deixaram de exigir e exercer suas funções perante o Direito Internacional Humanitário (CICV, 2012, p.445).

5.4 Relatório anual do CICV (2013)

De acordo com a análise dos dados do ano de 2013, embora as contribuições do CICV com as regiões da Síria serem produtivas, diversas problemáticas ainda estão inseridas dentro deste cenário, que vai desde a miséria, pessoas deslocadas, estupro e tortura de reféns. As equipes de ajuda juntamente com os pacientes também sofreram com ataques discriminados segundo o relatório do DIH. O CICV aborda que expandiu as atividades humanitárias para atender mais pessoas, mas, de acordo com os limites das medidas protetivas do governo sírio; do mês de junho ajudou com mais suplementos de alimentação, um pouco a mais que no período de janeiro a junho; o relatório aponta que as relações diplomáticas com as autoridades da síria local e no exterior e líderes comunitários ajudou a manter as prestações humanitárias mais ativa. O CICV também alega que foram proibidos de coletar informações com as bases militares, ou quaisquer contatos diretos; e foram restringidos de entregar ajuda imparcial de suplementos de primeiros socorros essenciais durante alguns períodos (CICV, 2013, p.503).

A Sociedade Nacional juntamente com o Ministério da Saúde improvisou atendimentos de emergências, o CICV ajudou com suplementos básicos de saúde, apesar desse suporte ter sido limitado pelo governo sírio, devido ao ambiente instável. Com as limitações dentro deste território, o CICV continuou cumprido com as obrigações de ajuda humanitária, visando informações sobre o tratamento dos presos e levando informações aos familiares; o CICV não pôde visitar nenhum deles nesse período. Foi informado pelo o CICV que o território sírio ainda obtinha barreiras que impedia atendimento para outras regiões, e ainda aborda que a situação do ano passado em Aleppo ainda ficaram sem respostas, mesmo o CICV ter enviado notificações e reforçando o direito das famílias de visitar, e as autoridades não forneceram muitos retornos até mesmo sobre a situação dos presos (CICV, 2013, p.503).

Com o seu caráter de neutralidade, o CICV realizou atividades nas regiões de Golã e na Síria; o papel da comunicação a nível internacional contribuiu para divulgar o caráter de neutralidade e a imparcialidade do CICV. As Sociedades Nacionais foram impedidas de prestar ajuda em Aleppo e Idlib por ordem do governo, mas retornaram no mês de outubro, o relatório acrescenta que de julho até dezembro beneficiou 88,000 domicílios com alimentos, e 22,000 receberam itens essenciais (CICV, 2013, p.504).

Com a ajuda humanitária, prestou assistência a mais de 3,5 milhões de deslocados e

internos de 715,297 famílias e 1 milhão de 213,242 famílias foram beneficiadas com colchões, cobertores e utensílios de cozinha, juntamente com o suporte da Sociedade Nacional. De acordo com o CICV estima-se que 10 milhões de pessoas puderem ter acesso novamente aos recursos hídricos, destinados a 918,25 deslocados e internos, na cidade de Deir Ez Zor, Homs e Damasco, distribuídos em caminhões, e aproximadamente 621,250 receberam água engarrafada; o CICV também forneceu produtos para tratamento da água com 500 toneladas de sulfato de alumínio, 1 milhão de litros de hipoclorito de sódio e também realizou controle de pragas e redução de resíduos de lixo na cidade de Aleppo e Idlib (CICV, 2013, p.505).

Sobre as visitas aos presos, o governo não concedeu outra visita nas prisões de Adra em Aleppo; foi expedido pelo o CICV um plano de ação para poder visitar e tentar estabelecer o contato dos prisioneiros com os familiares, mas tiveram que renovar esse pedido em dezembro do mesmo ano, os grupos terroristas deram uma trégua e a Sociedade do CICV pôde ajudar com cobertores, assistência médica e roupas de inverno. Aproximadamente 1300 familiares foram apresentados às autoridades sírias por intermédio do CICV em busca dos prisioneiros, mas foi anunciado que obteve 271 respostas parciais (CICV, 2013, p.506).

Sobre a comunicação do CICV e do Crescente Vermelho, foi abordado que a sua coordenação perante o DIH teve ponto positivo com a opinião pública e perante as mídias; o apoio do CICV o do Crescente Vermelho Sírio ampliou suas atividades humanitárias, podendo investir em mais veículos de segurança e novas ambulâncias, também melhorou o meio de comunicação, e treinamentos contra as minas (o que não pôde ser feito nos anos anteriores do início do conflito), o CICV também afirmou que melhorou a comunicação externa (CICV, 2013, p.507).

Tabela 3 – Assistência Humanitária do CICV na Síria (2013)

Itens domésticos essenciais	Beneficiários	1,350.000	1,066,212
Dinheiro	Beneficiários	25,000	
Trabalho, serviço e treinamento	Beneficiários	25,000	
Atividade de água e Habitação	Beneficiários	12,500,000	20,000,000
Commodities alimentares	Beneficiários	4,050,000	3,567,485

Fonte: Elaboração através do documento do CICV (2013).

Mais de 20 milhões de pessoas receberam suporte humanitário, na tabela mostra que os suportes foram em atividade de água, habitação, commodities alimentares, itens domésticos essenciais, trabalho, serviço e treinamento; e mesmo diante das dificuldades em prestar suporte na Síria devido ao autoritarismo, o CICV expandiu esse número a cada ano desde o começo do conflito, em 2011. Com os commodities alimentares conseguiram ajudar mais de 3 milhões de pessoas, um número considerável comparando com a meta a ser alcançada, chegando a mais de 100% de porcentagem de gastos comparativo. 12,500,000 pessoas receberam água através do Ministério de Recursos Hídricos e a Sociedade Nacional, esses gastos equivalentes a 20 milhões, e foram incluídos para instalações e tratamento da água e distribuições; para os demais foram gastos no total 81,282 milhões de Francos Suíços. Observa-se que a tabela possui algumas lacunas, mas o próprio CICV aponta que nem todas as ações humanitárias puderam ser contabilizadas (CICV, 2013, p.505).

5.5 Relatório anual do CICV (2014)

O ano de 2014 foi marcado por conflitos internos e externos e intervenção dos Estados Unidos. O relatório explica os esforços do DIH para conseguir entregar os suplementos para a população, mas a situação se agravou, contabilizando 200.000 mil mortes desde de março de 2011, o país vivenciou um dos maiores colapsos, deixando a maior parte da comunidade sem nenhum saneamento, caracterizado como Estado de emergência (CICV, 2014, p.504).

Aproximadamente 10,8 milhões de pessoas necessitou de suporte, e o ACNUR constatou que 2,8 milhões de indivíduos se auto declararam como refugiados, e 4,7 milhões de pessoas da Síria se mantiveram em região de difícil acesso (considerado pela a equipe do CICV) em consequência do colapso da guerra, mas frisam que o CICV conseguiu ajudar algumas pessoas dessas áreas em momentos de apaziguamento do conflito; o relatório declara que a sua responsabilidade com DIH teve participação do Crescente Vermelho Árabe Sírio e outras organizações. O CICV proporcionou assistência alimentar com mais êxito de julho a dezembro devido ao aumento de orçamento nesse período e reforçou para o público e para alguns membros das forças armadas, o respeito pela dignidade humana (CICV, 2014, p.505).

A Sociedade Nacional do CICV juntamente com o Ministério dos Recursos Hídricos expôs que 6,5 milhões de pessoas puderam ter acesso a água depois das manutenções, e 372,166 foram beneficiados, da cidade de Deir Ez Zor, Hama, Homs, Quneitra e a área rural de Damasco. Em 225 centros de abrigos foram 163,376 destinados aos deslocados internos. Para o tratamento da água foi usado 1,000 toneladas de sulfato de alumínio, 500,000 litros de hipoclorito de sódio, e foi anunciada campanha para o controle de pragas, porque segundo o CICV poderia atingir 3,7 milhões de IDPs (CICV, 2014, p.507).

O CICV juntamente com a Sociedade Nacional continuou na tentativa de rastreamento dos indivíduos desaparecidos; facilitou a saída de 93 alunos da Síria para Golan; prestou suporte também às pessoas que necessitaram de materiais para enterrar os restos mortais das vítimas da guerra na Síria; para realizar a conjuntura do projeto para pessoas desaparecidas foi reunido 200 equipes de Hasakah, e para facilitar esse trabalho o CICV se reuniu com o Ministério da saúde e com o Ministério de Estado de Reconciliação Nacional, para lidar com as práticas dos desaparecidos. De acordo com o CICV poucas visitas foram realizadas, com inúmeras tentativas em diversas prisões, conseguiram estabelecer contato com 111 detentos para entrar em contato com os seus familiares através do Red Cross messages (RCMs), mas leciona que não foi possível visitar os prisioneiros dos grupos armados, mas prestou suporte para os prisioneiros em Aleppo, com alimentos, água e cobertores, mas reforça que até esse período os familiares pedem respostas do governo sobre os parentes prisioneiros, e o CICV relatou que possui cerca de 1700 indivíduos presos até esse período. A situação dos feridos e doentes se agravaram devido ataques as forças armadas contra os funcionários da saúde, apontado com um total desrespeito aos Direitos Humanos, de março de 2014 a dezembro de 2014, 40 funcionários do

Crescente Vermelho Sírio e sete do Crescente Vermelho palestino foram mortos (CICV, 2014, p. 507).

O Projeto Saúde em Perigo era um meio de facilitar as entregas de medicamentos e divulgar sobre as violações na questão da saúde, durante esse período estava praticamente impossível prestar ajuda humanitária, já que tinha diversas áreas restritas para a Sociedade Nacionais prestar socorro, então a última alternativa do CICV foi limitar a assistência que o governo sírio estava prestando para poder receber de outras entidades, com isso 13 hospitais de Aleppo receberam mais equipamentos cirúrgico, ao total ajudaram sete hospitais, beneficiando 750 pessoas (CICV, 2014, p.507).

O Crescente Vermelho Árabe Sírio prestou diversos suportes técnico e financeiro juntamente com o CICV, que, durante esse período construiu 12 filiais e seis Centros de Buscas, sendo uma na cidade de Homs. Com isso, o CICV finaliza que, com essas ações, facilitou a segurança no local devido a melhora na comunicação, e realizou reuniões constantes em busca de fortalecer o Movimento (CICV, 2014, p.508).

Tabela 4 – Assistência Humanitária do CICV na Síria (2014)

Assistência	Beneficiários	Metas	Alcançadas
Commodities de alimentos	Beneficiários	8,160,000	5,827,591
Item doméstico essencial	Beneficiários	2,580,000	1,427,113
Dinheiro	Beneficiários	50,000	
Trabalhos, serviços e treinamento	Beneficiários	50,000	
Atividade de água e habitação	Beneficiários	16,100,100	15,875,768

Fonte: Elaboração através do documento do CICV (2014).

Para que os refugiados e deslocados pudessem obter ajuda humanitária por uma maior extensão de tempo, contou com a contribuição do Crescente Vermelho Árabe Sírio, e outros Movimentos, com essas parcerias estendeu ajuda de julho até dezembro do mesmo ano, então, a tabela mostra as metas como objetivo, e a quantidade de beneficiários, no qual, expõe que, 5,8 milhões de pessoas receberam alimentos e mais de 1,4 milhões em utensílios domésticos essenciais, um dos maiores números de beneficiários foi de água potável, totalizando 15 milhões e saneamento básico com o apoio da Sociedade Nacional e o Ministério dos Recursos

Hídricos. Apesar da tabela mostrar nitidamente cada recursos distribuídos, o relatório aponta como estão incluídos diversos recursos adicionais, como o transporte para levar água, tendas para os deslocados, entre outros. Apesar de todas as atividades citadas serem relevantes, é importante mencionar como o serviço de saúde e distribuição de água e alimentos foram relevantes desde o começo do conflito, a equipe do CICV realmente arriscou suas vidas para suprir as necessidades básicas da população da Síria (CICV, 2014, p.504).

5.6 Relatório anual do CICV (2015)

De acordo com a análise de 2015, os principais beneficiários até esse período foram os refugiados, internos e externos, desabrigados e entre outros, percebe-se que o foco desde o princípio foi a segurança econômica, ou seja, desde o início o CICV e os outros Movimentos focaram em tentar recuperar a dignidade humana suprindo suas necessidades básicas através de financiamentos (CICV, 2015, p.514).

O CICV destaca suas atividades voltadas para as visitas aos detentos, e foi a primeira vez que o CICV visitou os presos no “Centro de Reabilitação Juvenil” ministrado pelo o Ministério de Assuntos Sociais e do Trabalho; além de tentar estabelecer contato dos prisioneiros com suas famílias, a visita também tem o intuito de fiscalizar as condições de dignidade no cárcere privado; durante esse período o CICV aponta que atendeu 164 presos. O CICV deu continuidade nas fiscalizações das situações dos detentos, e através de suas reuniões foi conquistando algumas visitas com permissão de alguns grupos armados sob supervisão, foram disponível comunicação telefônica paga dentro da prisão, mas enfatiza que nem todos puderam pagar (principalmente os menores e os estrangeiros), e dependia do contato através do suporte do CICV (CICV, 2015, p.517).

O CICV reporta que os ataques contra a equipe médica e pacientes ainda persistiu, e que o período do mês de março de 2011 a dezembro de 2015 foi totalizado 50 mortes de integrantes e voluntários do Crescente Vermelho Árabe Sírio e do Crescente Vermelho Palestino enquanto realizavam as atividades, essas impunidades foram arquivadas em relatórios no projeto “Saúde em Perigo”. Apesar de estar sobre a proteção do DIH, o CICV lamenta que o território possui tantas barreiras impedindo a ajuda médica constante que o território necessita, limitando cada material cirúrgico que entrava no território sírio (CICV, 2015, p.517).

Apesar dessa problemática que a equipe se deparou desde o começo do conflito, o CICV prestou ajuda aos hospitais de Aleppo, Deir Ez Zor e a zona rural de Damasco, diversas pessoas que estavam em zona mais restritas foram resgatadas pelo o Crescente Árabe Sírio, pela a ONU e o CICV; o CICV financiou 7,450 sessões de hemodiálise e frisa que 15 hospitais de Aleppo, Damasco, Hama e Homs continuaram atuando devido os geradores fornecidos pelo o CICV; teve prestação de apoio para as pessoas deficientes, 245 indivíduos recebeu tratamento especializado, ministrado pelo o CICV, a Sociedade Nacional concedeu 1.094 cadeiras de rodas e 2,374 pares de muleta. Percebe-se que, apesar das dificuldades, algumas coisas viraram aprendizagem, voltada para a área de especialização de atendimento com o objetivo de melhorar o atendimento de pronto socorro em situações de guerra (CICV, 2015, p.517).

Tabela 5 – Assistência Humanitária do CICV na Síria (2015)

Assistência	Beneficiário	Alcançados
Commodities alimentares	9,900,000	8,809,191
Itens domésticos essenciais	2,700,000	2,099,692
Dinheiro, serviço, treinamento	10,000	
Atividade de água e habitação	12,000	
Atividade de água e habitação	20,000,000	15,700,000

Fonte: Elaboração através do documento do CICV (2015).

Através da tabela pode-se concluir que cerca de 8,8 milhões de pessoas receberam suporte de alimentos, os beneficiários de água potável foi o maior número da tabela, beneficiando mais de 15 milhões de pessoas para 1,76 milhões de famílias, o CICV fizeram doações diariamente de pão na cidade de Aleppo, beneficiando 190,500 pessoas, e 1,57 milhões de 300,000 famílias receberam itens essenciais, 120,000 em doações de kits escolares e 410,000 receberam roupas de inverno; com a ajuda do Crescente Vermelho Sírio, o CICV entregou os suplementos básicos através de bases aéreas em locais mais restritivos pela as forças armadas da Síria. Com isso a população de refugiados e internos conseguiram suprir algumas necessidades básicas para sobreviver. Por isso destaca a importância da neutralidade do CICV e o apoio das autoridades do Estado, que facilitou as distribuições de alimentos, o transporte de

água, e um espaço improvisado de tendas para atender aos feridos, principalmente a região de Damasco, e mesmo com essa natureza humanitário sofreram dificuldades de adentrar em todas as regiões afetadas. Os serviços de comunicação foram cruciais para manter o CICV informados das situações ocorrentes, frisando as principais problemáticas do estupro, detidos e desaparecidos (CICV, 2015, p.516).

Através do Crescente Árabe Sírio e Crescente Vermelho Árabe conseguiram ajudar os refugiados e deslocados com alimentos, itens essenciais, itens de higiene, abastecimento de materiais hospitalar e mais atendimentos móveis, e prestação de apoio às autoridades sírias na ajuda de buscas de pessoas desaparecidas; e infelizmente mesmo divulgando atos voltadas para o respeito do DIH o Movimento do CICV não puderam prestar todo o suporte suficiente devido às restrições do governo sírio (CICV, 2015, p.518).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto foi possível destacar como a Síria sempre foi alvo de disputas religiosas e territoriais, a sua história esteve enraizada por líderes ditatoriais, e a Síria foi um cenário dominado pelo governo de Bashar Al Assad por aproximadamente 50 anos, um governo de regime totalitarista, ao longo da sua ação política refletiu/ reflete negativamente até os dias atuais na Síria, até mesmo aos que conseguiram se refugiar para outro continente. A revolta no território do Oriente Médio foi justificável por diversas questões, como por exemplo, problemas econômicos e o desemprego que impactou a população diretamente, então o governo de Assad resultou em catástrofes irreparáveis, resultando em inúmeras mortes, deslocados e refugiados, que foram desde o refúgio no seu próprio território até nos países da Europa. Essa problemática se estendeu desde a revolução na Tunísia a “Revolução de Jasmim” até na maior parte do território, tornando uma problemática internacional; observa-se que essa “revolta popular” ocorreu muitas respostas dos governos opressores resultando em uma guerra civil, reconhecido pelas cúpulas internacionais e ONGs humanitárias.

As causas diretas e indiretas da guerra na Síria foram cruciais para entender o quanto esse território teve influência política de grupos religiosos e extremistas que usam de abusos de poderes até mesmo em nome da religião. Então a Síria veio sofrendo esses retrocessos desde a sua tentativa de dependência em 1946, o que fez a Síria possuir um cenário tão vulnerável que está diretamente interligados a ditadura de uma linhagem de um mesmo governo, e mesmo com todos os argumentos jurídicos que estão inseridos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Teoria Universalista parece que o cenário nunca respeitou as cláusulas empregadas, no qual, visou/visa a dignidade humana sobre qualquer aspecto, que enfatizam as funções básicas para o ser humano viver com dignidade.

A influência do Estado Islâmico é um fator que impactou bastante o território por ter dominado 25% da Síria, por declarar ódio a certos grupos de outra religião e etnia, esse terrorismo disfarçado de partidos políticos resultou em desemprego, escassez de políticas públicas, e entre outros impactos. Então a mídia foi de extrema relevância para relatar esse processo para o mundo em como a Síria estava em estado de emergência, para até mesmo implantar uma intervenção militar ou humanitária, ou também para divulgar a situação do cenário em tempo real em nome da segurança das ONGs humanitárias e as mídias de noticiário internacional.

Coggiola (2016) apontou com êxito em como os refugiados procuraram pontos estratégicos para o meio de sobrevivência, arriscando suas vidas para refugiar em um território que proporcionasse estabilidade, no texto foi importante relatar que nem todos esses refugiados teve que se refugiar para a Europa, mas sim nos países vizinhos, no qual se concentrou milhões de sírios. O trabalho explicitamente também é uma crítica política em como, mesmo tendo esses aparatos de direitos que foi conquistado desde a criação da Primeira Organização Humanitária, em pleno século XXI ainda ocorre essa situação de milhões de refugiados, e ainda se refugiando para países totalmente distantes do seu território, acontecendo até mesmo fluxo ilegal, no qual a Frontex teve um papel importante em sua respectiva função de ajudar na fronteira, evitando diversas tragédias, mas foi relatado que o suporte nem sempre foi suficiente para a transição de refugiados; isso também foi narrado em um dos relatórios do CICV sobre como a Frontex são baseados nos interesses de Estados-membros e como tais decisões acarreta em milhares de fluxos ilegais refugiados, protegendo cada mais as fronteiras.

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) é a organização que vem atuando desde a sua criação através do comerciante Henry Dunant e marcou a sua participação na Primeira e Segunda Guerra Mundial no qual sofreu um dos maiores desafios. A atuação do CICV do cenário internacional foi crucial para amenizar a situação dos feridos e o fluxo dos refugiados, a respectiva ONG praticamente teve que reconstruir algumas cidades da Síria, como Aleppo e Damasco, devido os bombardeios, por possuir essa capacidade legítima de agir internacionalmente, o seu papel na política internacional ganhou visibilidade. Finalmente os documentos que são fornecidos anualmente no período de 2011 a 2015 observa-se como o CICV ajudou as pessoas vulneráveis com itens básicos, e em como tentaram amenizar a situação na medida do possível em meio a uma guerra civil no qual, não tinham acesso a todas as regiões que também estava necessitando de ajuda médica e de abrigo, foi observado que teve período que a Cruz Vermelha pôde ajudar mais que outros, mas esse ponto negativo se sucedeu devido os governantes ter fechado as fronteiras até mesmo para uma assistência humanitária com caráter de neutralidade.

REFERÊNCIAS

ACNUR. Deslocamento Forçado supera 68 milhões de pessoas em 2017 e demanda novo Acordo Global sobre os Refugiados. **ACNUR**. 2017. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2018/06/19/mais-de-68-milhoes-de-pessoas-deslocadas-em-2017-e-essencial-um-novo-acordo-global-sobre-refugiados/>>. Acesso em: 24 out. 2020.

AGÊNCIA Central de Buscas do CICV: meio século restabelecendo laços familiares. **COMITÊ INTERNACIONAL D CRUZ VERMELHA** 01 de junho de 2010. Disponível em: <<https://www.icrc.org/pt/doc/resources/documents/interview/centra-tracing-agency-interview-070410.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

AGUILAR, Sérgio L.C; RODER, Henrique; FURTADO, Gabriela. A Guerra Civil Síria, o Oriente Médio e o Sistema Internacional. **Série Conflitos Internacionais**, São Paulo, v.1, n.6, dez. 2014, p.1-6,

ALVARGONZÁLEZ, David. Del Relativismo Cultural y otros Relativismos. **El Catoblebas**, número 8, p.1-8, octubre 2002.

ALVES, José Augusto Lindgren. São Paulo, 2001. **A Declaração dos Direitos Humanos na Pós-Modernidade**. Disponível em: <http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/a_declaracao_dos_direitos_humanos_na_pos-modernidade.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2019.

ANDRADE, George Bronzeado de. A Guerra Civil Síria e a Condição dos Refugiados: Um Antigo Problema, “reinventado” pela crueldade de um conflito marcado pela inação da comunidade internacional. **Revista de Estudos Internacionais**, v. 2, p.121-138, 2011.

CAMPOS, C, G. **O Surgimento e a Evolução do Direito Internacional Humanitário**. Monografia (Especialização), Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais, Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

GUERRA na Síria completa 10 anos e acumula mais de 388 mil mortos. **CARTA CAPITAL**, 14 de março de 2021. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/mundo/guerra-na-siria-completa-10-anos-e-acumula-mais-de-388-mil-mortos/>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

SÍRIA, O MAPA DA GUERRA, CAVOK, 2019. Disponível em: <<http://www.cavok.com.br/blog/siria-o-mapa-da-guerra-2/>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

CICV. **ANNUAL REPORT 2011**. Geneva: International Committee of the Red Cross, 2011.

_____. **ANNUAL REPORT 2012**. Geneva: International Committee of the Red Cross, 2012.

_____. **ANNUAL REPORT 2013**. Geneva: International Committee of the Red Cross, 2013.

_____. **ANNUAL REPORT 2014**. Geneva: International Committee of the Red Cross, 2014.

_____. **ANNUAL REPORT 2015**. Geneva: International Committee of the Red Cross, 2015.

_____. **DESCUBRA O CICV**. Genebra: Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 2013.

_____. **DIH – O Essencial do Direito Internacional Humanitário**. Genebra: Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 2018.

_____. **Estatutos do Comitê Internacional da Cruz Vermelha**, artigo 01 janeiro 2018. Disponível em: <<https://www.icrc.org/pt/document/estatutos-do-comite-internacional-da-cruz-vermelha>>. Acesso em: 02 dez. 2018.

_____. **Convenção Relativa ao Estatuto do Refugiado**. 1951. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf>. Acesso em: 24 out. 2020.

_____. **Relatório anual 2011, um ano de crises complexas e imprevisíveis**. 2011. Disponível em: <<https://www.icrc.org/pt/doc/resources/documents/news-release/2012/annual-report-2011-news-2012-06-25.htm>>. Acesso em: 11 mar. 2021.

_____. **Shifting Borders: Externalising Migrant Vulnerabilities and Rights?** 2013. Disponível em: <<https://redcross.eu/positions-publications/externalising-migrant-vulnerabilities-and-rights>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

COGGIOLA, Osvaldo. **A Revolução Árabe e o Islã: Entre o Pan-arabismo, Pan-islamismo e Socialismo**. São Paulo, 2016.

COSTA, Renata Parpolov. **Uma história da Síria do século XXI para além do sectarismo religioso**. Dissertação (Mestrado em Estudos Árabes), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

CUNHA, Maria N. F e VIEIRA, Susana Camargo. Cruz Vermelha: Breve Análise Histórica de uma Organização sui generis, 2016. **Revista do Curso de Direito do UNIFOR**, v. 7, n.2, 2016, pp. 39-54.

DEYRA, Michel. **O Direito Internacional Humanitário**, Brasília: Procuradoria Geral da República, 2001.

DUNANT, Henry. **Lembrança de Solferino**. Genebra: Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 2016.

ESPECIALISTAS discutem as ameaças das violência armada a assistência à saúde. **COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA, 23 de abril de 2011.** Disponível em: <<https://www.icrc.org/pt/doc/resources/documents/news-release/2012/health-care-danger-news-2011-04-23.htm>>. Acesso em: 5 de abr. 2021.

FRONTEX. O que é a Frontex?. **FRONTEX, 2021.** Disponível em: <<https://frontex.europa.eu/language/pt/>>. Acesso em: 26 de mar. 2021.

HISTÓRIA do Comitê Internacional da Cruz Vermelha. **COMITÊ INTERNACIONAL D CRUZ VERMELHA.** Disponível em> <https://www.icrc.org/pt/historia-do-cicv>>. Acesso em: 7 out. 2018.

JUBILUT, Liliana Lyra. **Direito Internacional dos Refugiados e sua aplicação no Ordenamento Jurídico Brasileiro.** São Paulo: ACNUR/Editora Método, 2007.

KRIEGER, César Amorim. **A Consolidação do Direito Internacional Humanitário: precedente do Comitê Internacional da Cruz Vermelha e a contribuição definitiva da Convenção de Roma de 1998.** Tese (Doutorado em Direito), Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.

LIMA, Thiago; RENSI, Julia; BELMONT, Flávia. A Ajuda Alimentar Internacional em Guerras Civis: Alívio Humanitário ou intensificação de flagelos? **Revista de Estudos Internacionais (REI)**, Vol. 7 (1), , pp. 33-47, 2016.

MAGNOLI, Demétrio. **Relações Internacionais: teoria e história.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MAURER, Peter. **Declaração: 20 anos depois do histórico tratado sobre minas terrestres.** 18 dezembro 2017. Disponível em: <<https://www.icrc.org/pt/document/declaracao-20-anos-depois-de-historico-tratado-sobre-minas-terrestres-nao-podemos-perder-o>>._Acesso em:7 out. 2018.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público.** São Paulo: Forense, 2018.

MÉDICOS SEM FRONTEIRAS: **Relatório Anual de 2016.** 2016.

NASCIMENTO, Daniela. Do “Velho” ao “Novo Humanitarismo”: os Dilemas da Ação Humanitária em Contextos de Conflito e Pós-Conflito Violento. **Nação e Defesa**, n. 135, pp. 93- 113, 2013.

NETO, José Cretella. Atividades Humanitárias das Organizações Internacionais: alguns casos de atuação da ONU. **Ius Gentium**, Curitiba, ano 5, n. 9, p. 23-47, jan./jun. 2011.

OLIVEIRA, Daniela Zapata. A Revolução Baath no Iraque e na Síria: O que mudou? **Revista Perspectiva**. V.10, no. 18, pp. 85-99, 2017.

ONU. **A Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>>. Acesso em: 7 out 2018.

PERNA, Fernanda Haab; MEINEIRO, Fernando P. Teoria da Organizações Internacionais: Análise dos elementos que permite identificar a Cruz Vermelha enquanto Organização Internacional intergovernamental. **Revista do curso de Direito da FSG**, nº17, pp. 106-119, jan-jun. 2015

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o Direito Constitucional Universal**. São Paulo: Saraiva, 2006

PORTELA, Paulo H. G. **Direito Internacional Público e Privado. Incluindo noções de Direitos Humanos e de Direito Comunitário**. 10 ed. Salvador: Juspodium, 2018.

RAMOS, Cátia Filipa de Oliveira. **A Primavera Árabe no Egito e na Síria: Repercussões no Conflito Israelo-Palestiniano**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 2013.

SANTOS, Gabriella Z. **O Comitê Internacional da Cruz Vermelha**. Monografia (Especialização em Relações Internacionais), Universidade de Brasília. Brasília, 2014.

SIKES PICOT: O acordo secreto que está na raiz de conflito no Oriente Médio. **BBC**, 18 de maio de 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-36320891>>. Acesso em: 21 jul. 2019.

SILVA, A, S, F; SILVA, C, A, F. Pontos de Convergências entre o Direito Internacional Humanitário e o Direito dos Refugiados: A Prevenção do Deslocamento como Mecanismo de Sobrevivência. **Para Onde?! Revista do programa de pós graduação em Geografia**, v.13. pp.1-17, 2020.

SILVEIRA, A. K. A intervenção humanitária como forma legítima de proteção dos direitos humanos. **Revista Eletrônica de Direito Internacional**, v. 4, p. 362-390, 2009.

TRINDADE, Cançado, Antônio Augusto. **Princípios do Direito Internacional Contemporâneo**. Brasília: Funag, 2017.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO_BIBLIOTECA VIRTUAL DOS DIREITOS HUMANOS. Convenção da Cruz Vermelha,1864. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/convencao-da-cruz-vermelha-1864.html>>. Acesso em: 26 jan. 2021.

VISENTINI, Paulo Fagundes et al. O Verão Árabe: guerra civil e intervenção internacional na Líbia, Síria e Iêmen. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 51, p.57-79, 2012.

WEISS, Thomas G. A Cultura Humanitária Contestada em Zonas de Guerra. **Contexto Internacional**, 36 (2): 305-348, 2014.

ZAHREDINNE, Danny. Guerra na síria (2011 a 2013): Uma Análise Multifatorial. **Conjuntura Austral**. V.4, n. 20, pp. 06-23, Out./Nov. 2013.

ZANATELI, Gabriel Pascoal et al. **O Direito Internacional dos Conflitos Armados no Século XXI**: uma breve análise da evolução das guerras nos séculos e dos conflitos existentes na Síria e no Iraque. In: XIV Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional, Resende, 2017, p. 1-20.